

Universidade de Brasília

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E GESTÃO DE
POLÍTICAS PÚBLICAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ATUARIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

SARA CARDOSO DE CASTRO

A INFLUÊNCIA DE FATORES PESSOAIS SOBRE A PERCEPÇÃO DOS CONTADORES E
AGENTES PÚBLICOS QUANTO À ADESÃO DO RELATO INTEGRADO NO SETOR PÚBLICO
BRASILEIRO: UMA ANÁLISE À LUZ DA TEORIA INSTITUCIONAL

BRASÍLIA - DF

2022

Professora Doutora Márcia Abrahão Moura

Reitora da Universidade de Brasília

Professor Doutor Enrique Huelva Unternbäumen

Vice-Reitor da Universidade de Brasília

Professor Doutor Lucio Remuzat Rennó Junior

Decano de Pós-Graduação

Professor Doutor José Márcio Carvalho

**Diretor da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas
Públicas**

Professor Doutor Sérgio Ricardo Miranda Nazaré

Chefe do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais

Professor Doutor Jorge Katsumi Niyama

Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis

SARA CARDOSO DE CASTRO

A INFLUÊNCIA DE FATORES PESSOAIS SOBRE A PERCEPÇÃO DOS CONTADORES E AGENTES PÚBLICOS QUANTO À ADEÇÃO DO RELATO INTEGRADO NO SETOR PÚBLICO BRASILEIRO: UMA ANÁLISE À LUZ DA TEORIA INSTITUCIONAL

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas da Universidade de Brasília, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Abimael de Jesus Barros Costa
Universidade de Brasília
Orientador

Prof. Dr. João Abreu de Faria Bilhim
Universidade de Brasília
Membro Interno

Prof. Dr. Anilson Marcio Gomes
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Membro Externo

BRASÍLIA – DF

2022

Aos meus pais, pelo apoio incondicional na jornada da vida. E ao meu orientador, cujo zelo profissional foi fundamental para que eu cruzasse a linha de chegada.

AGRADECIMENTOS

Ao fazer a retrospectiva desse tempo dedicado ao sonho do mestrado meu coração transborda de gratidão, primeiramente, a Deus, que me concedeu a oportunidade e saúde para chegar até aqui, em seguida, aos meus pais, que me apoiam incondicionalmente em todos os meus propósitos e cujo suporte foi fundamental em cada etapa.

Agradeço também ao meu orientador, Prof. Dr. Abimael de Jesus Barros Costa, cuja dedicação ao ensino, alegria, compreensão e exemplo de perseverança foram guias e refrigério nessa árdua jornada. Agradeço também a todos os professores do PPGCont, que me receberam com cordialidade e compartilharam seus conhecimentos enriquecedores.

Agradeço a todos os servidores do PPGCont, sempre solícitos e dedicados.

Por fim, agradeço aos colegas do PPGCont/UnB, com os quais compartilhei as alegrias e dificuldades do mestrado e que também me ajudaram a trilhar o caminho com mais confiança e equilíbrio.

Apesar dos percalços na reta final, quando tive que aprender a conciliar o mestrado e a profissão, levarei apenas o aprendizado pessoal, o conhecimento acadêmico adquirido e as leves recordações das pessoas com quem tive o prazer de compartilhar essa incrível jornada.

“Mera mudança não é crescimento. Crescimento é a síntese de mudança e continuidade, e onde não há continuidade não há crescimento.”

C. S. Lewis

SARA CARDOSO DE CASTRO

A INFLUÊNCIA DE FATORES PESSOAIS SOBRE A PERCEPÇÃO DOS CONTADORES E AGENTES PÚBLICOS QUANTO À ADESÃO DO RELATO INTEGRADO NO SETOR PÚBLICO BRASILEIRO: UMA ANÁLISE À LUZ DA TEORIA INSTITUCIONAL

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas da Universidade de Brasília, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Dr. Abimael de Jesus Barros Costa

Área de Concentração: Mensuração Contábil

Linha de Pesquisa: Impactos da Contabilidade no Setor Público, nas Organizações e na Sociedade

BRASÍLIA - DF

2022

RESUMO

O objetivo desse estudo é identificar a influência de fatores pessoais sobre a percepção de contadores e agentes públicos das universidades federais brasileiras sobre a adesão do Relato Integrado como modelo de relatório de gestão das contas públicas. Os objetivos específicos incluíram analisar, no âmbito da administração pública federal, a aplicação do Relato Integrado como modelo de relatório de gestão da prestação de contas públicas e interpretar a Decisão Normativa TCU n.º 178/2019 à luz da Teoria Institucional. O método escolhido para a coleta de dados foi o levantamento tipo *survey*, através de questionário eletrônico estruturado, composto de 30 questões fechadas. A relevância social é que, na prática, esse estudo proporciona uma ótica abrangente sobre a recente instauração do Relato Integrado na administração pública, a partir da perspectiva institucional utilizada para interpretar os resultados da pesquisa. Um achado do estudo sugere que contadores e agentes públicos tendem a concordar que o Relato Integrado contribui a qualidade da fiscalização e controle da gestão pública federal e para a fiscalização da legalidade, legitimidade, economicidade e aplicação dos recursos públicos. Além disso, pela maioria de não contadores, as opiniões foram desfavoráveis quanto à contribuição do Relato Integrado para a melhoria da materialidade, confiabilidade, conectividade e coerência das informações contábeis. E, a amostra tende a discordar que o Relato Integrado contribui para a transparência da prestação de contas públicas.

Palavras-chave: Relato Integrado. Setor Público. Contabilidade Pública. Teoria Institucional.

ABSTRACT

The aim of this study is to identify the influence of personal factors on the perception of the public agents and accountants of Brazilian public universities about the adhesion of the integrated report in public administration. The specific objectives include analyzing, in the scope of federal public administration, the use of integrated reporting as a model for the management report and interpreting the Normative Decision 178/2019 under the Institutional Theory scope. The method chosen for data collection was the survey, through a structured electronic questionnaire, composed of 30 closed questions. The social relevance is that, in practice, this study provides a comprehensive perspective on the recent introduction of Integrated Reporting in public administration, from the institutional perspective used to interpret the research results. A finding of the study suggests that accountants and public agents tend to agree that the Integrated Report contributes to the quality of inspection and control of federal public management and to the inspection of the legality, legitimacy, economy and application of public resources. Furthermore, by the majority of non-accountants, opinions were unfavorable regarding the contribution of the Integrated Report to the improvement of materiality, reliability, connectivity and coherence of accounting information. And the sample tends to disagree that the Integrated Report contributes to the transparency of public accountability.

Keywords: Integrated Reporting. Public sector. Public Accounting. Institutional Theory.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Os três pilares das instituições.....	22
Figura 2 – Fluxograma da metodologia.....	34
Figura 3 - Distribuição da amostra por Gênero e Tempo de Ocupação	42
Figura 4 - Distribuição da amostra por Naturalidade	43
Figura 5 - Distribuição da amostra por Tempo de Ocupação.....	43
Figura 6 - Distribuição da amostra por Escolaridade	44
Figura 7 - Sumário de dados da primeira seção de perguntas	45
Figura 8 - Sumário de dados da segunda seção de perguntas.....	46
Figura 9 - Sumário de dados da terceira seção de perguntas.....	47
Figura 10 - Sumário de dados da quarta seção de perguntas.....	47
Figura 11 - Sumário de dados da quinta seção de perguntas.....	48

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Rol da jurisprudência brasileira que ampara o Relato Integrado na administração pública	24
Tabela 2 - Variáveis utilizadas no modelo econométrico	39
Tabela 3 - Sumário de dados da primeira seção de perguntas.....	44
Tabela 4 - Sumário de dados da segunda seção de perguntas	45
Tabela 5 - Sumário de dados da terceira seção de perguntas	46
Tabela 6 - Sumário de dados da quarta seção de perguntas	47
Tabela 7 - Sumário de dados da quinta seção de perguntas	48
Tabela 8 - Resultado do teste de multicolinearidade.....	49
Tabela 9 - Resultado do teste Wald para significância das variáveis nos modelos.....	50
Tabela 10 - Resultado do teste Wald para significância das variáveis nos modelos.....	51
Tabela 11 - Resultado do teste Wald para significância das variáveis nos modelos.....	52
Tabela 12 - Resultado do teste Wald para significância das variáveis nos modelos.....	53
Tabela 13 - Resultado do teste Wald para significância das variáveis nos modelos.....	54
Tabela 14 - Resumo dos modelos ajustados.....	54
Tabela 15 - Resultado da regressão 1	55
Tabela 16 - Resultado da regressão 2	56
Tabela 17 - Resultado da regressão 4.....	57
Tabela 18 - Resultado da regressão 7	58
Tabela 19 - Resultado da regressão 9	59
Tabela 20 - Resultado da regressão 10	60
Tabela 21 - Resultado da regressão 12	61
Tabela 22 - Resultado da regressão 13	62
Tabela 23 - Resultado da regressão 14	63
Tabela 24 - Resultado da regressão 16	64
Tabela 25 - Resultado da regressão 17	65
Tabela 26 - Resultado da regressão 18	67
Tabela 27 - Resultado da regressão 20	68
Tabela 28 - Resultado da regressão	68
Tabela 29 - Resultado da regressão 22	69
Tabela 30 - Resultado da regressão 23	70

Tabela 31 - Resultado da regressão 24	70
Tabela 32 - Resultado da regressão 25	71
Tabela 33 - Resultado da regressão 27	72
Tabela 34 - Resultado da regressão 28	73
Tabela 35 - Resultado da regressão 29	74

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BDTD - Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BGU - Balanço Geral da União
BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CCGUnB - Congresso Internacional de Contabilidade e Governança
CONUCiC - Congresso de Ciências Contábeis
CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis
DN - Decisão Normativa
DOAJ - *Directory of Open Access Journals*
FASB - *Financial Accounting Standards Board*
GRI - *Global Reporting Initiative*
GUI - *Graphic User Interface*
IASB - *International Accounting Standards Board*
IIRC - *International Integrated Reporting Council*
IN - Instrução Normativa
IPSAS - *International Public Sector Accounting Standards*
RI/IR - Relato Integrado
ISC - Instituições Superiores de Controle do Brasil
PUC/SP - Pontifícia Universidade Católica do Estado de São Paulo
SciELO - *Scientific Electronic Library Online*
SPELL - *Scientific Periodicals Electronic Library*
TC - Tribunais de Contas
TCLE - Termo De Consentimento Livre e Esclarecido
TCU - Tribunal de Contas da União
UEM - Universidade Estadual de Maringá
UFPE – Universidade Federal do Estado de Pernambuco
UFPR - Universidade Federal do Paraná
UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina
UPCs - Unidades Prestadoras de Contas
VIF – Fator de Inflação da Variância (*variance inflation factor*)

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	16
1.1. Contextualização.....	16
1.2. Objetivos.....	18
1.3. Justificativa da Pesquisa.....	18
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	21
2.1. Teoria Institucional e Relato Integrado na Administração Pública.....	21
2.2. A instauração do Relato Integrado e o controle de contas públicas pelos Tribunais de Contas.....	22
2.3. A Teoria Institucional nas Pesquisas sobre Relato Integrado.....	27
2.4. O Relato Integrado na Administração Pública Brasileira à Luz da Teoria Institucional	28
3. ESTADO ATUAL SOBRE RELATO INTEGRADO NO BRASIL.....	31
4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	33
4.1. Delineação da Pesquisa.....	34
4.2. População e amostra da Pesquisa.....	34
4.3. Procedimento para Coleta de Dados.....	35
4.4. Modelagem Estatística.....	38
4.5. Especificação da modelagem estatística.....	39
5. RESULTADOS.....	42
5.1. Perfil dos respondentes.....	42
5.2. Resumo dos dados.....	44
5.2.1. Primeira seção de perguntas.....	44
5.2.2. Segunda seção de perguntas.....	45
5.2.3. Terceira seção de perguntas.....	46

5.2.4. Quarta seção de perguntas	47
5.2.5. Quinta seção de perguntas	48
5.3. Construção das Regressões Logísticas Multinomiais	49
5.3.1. Análise de Multicolineariedade dos Regressores	49
5.3.2. Resultados dos testes Nagelkerke R-Square e ANOVA de Wald.....	49
5.4. Escolha dos Modelos.....	54
5.5. Resultados das Regressões Logísticas Multinomiais	55
5.6. Discussão dos Resultados	74
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	78
REFERÊNCIAS	80
APÊNDICE A – FORMULÁRIO DE PESQUISA	87
ANEXO I - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE). 89	

1. INTRODUÇÃO

1.1. Contextualização

Profundas reformas de organização do Estado brasileiro, realizada nos anos 1990, e a transição do modelo burocrático para o modelo gerencial da administração pública brasileira possibilitaram a adesão de práticas e estruturas organizacionais cada vez mais homogêneas entre o setor público e o setor privado (Bresser-Pereira, 2009).

Essa homogeneização ganhou força a partir do ano de 2007, quando no âmbito das companhias privadas deu-se a convergência da contabilidade financeira aos padrões internacionais fundamentados em princípios contábeis, dada a reformulação da Lei Societária 6.404, de 1976, na Lei n.º 11.638, de 2007. Os contadores brasileiros dormiram com uma contabilidade financeira influenciada pelas normas do Financial Accounting Standards Board (FASB) e acordaram com a necessidade de aprender a aplicar as normas de contabilidade financeira emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), as quais foram receptadas e adotadas no Brasil a partir do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) (Heissler & dos Santos Martins, 2018).

No âmbito da administração pública, entretanto, os sistemas de contabilidade governamental encontram-se, desde 2008, em processo de convergência às normas internacionais, tratam-se das International Public Sector Accounting Standards (IPSAS).

A apropriação de ferramentas gerenciais que possibilitem aumentar a relação entre a administração pública e partes interessadas e o desenvolvimento dessas ferramentas na América Latina, em especial no caso do Brasil, necessita de maior visibilidade.

A contabilidade contribui para que as entidades atinjam esse objetivo a partir da identificação sistemática de custos e benefícios associados a aspectos ambientais, sociais e econômicos e a construção de estratégias e ações além das preocupações organizacionais com questões tipicamente econômicas, aumentando o seu escopo para dimensões extra organizacionais. Esses são desafios urgentes quanto à responsabilização social corporativa sobre o desenvolvimento de atividades que impactam o meio ambiente, a sociedade e a economia (Hopwood *et al.*, 2010).

O interesse na divulgação de informações não financeiras cresceu com o aparecimento da “Economia Verde”, pois, a ciência no mundo globalizado muito se preocupa com o desenvolvimento sustentável suportado, substancialmente, por iniciativas não-governamentais que

deram origem a organizações internacionais independentes que criam padrões fundamentados em boas práticas, adotadas nos âmbitos empresarial e governamental em busca de *compliance* e melhorias na qualidade da divulgação de seus impactos sustentáveis, sejam eles econômicos, ambientais ou sociais (Sion & França, 2021).

Ilustra-se nessa vertente o *Internacional Integrated Reporting Council* (IIRC), que apoia o aperfeiçoamento de relatórios gerenciais a partir da divulgação de informações sobre a criação de valor organizacional. O órgão contribuiu na divulgação da “visão integrada” ao publicarem a primeira estrutura de Relatório Integrado, em 2013.

Aponta-se que o Relatório Integrado pode ser utilizado como uma ferramenta de uso global, que visa atender a necessidade de melhorias na qualidade da informação inserida nos relatórios de gestão, principalmente quanto à criação de valor, para eliminar comunicações múltiplas, desagregadas e estáticas e, dar lugar a comunicações interconectadas, consistentes e coesas (*International Integrated Reporting Council*, 2013).

No Brasil, a visão integrada ajuda a compor o cenário de reformas administrativas em função de uma boa governança pública e a evolução dos relatórios gerenciais de prestação de contas públicas, a partir da Decisão Normativa n.º 178, de 2019, do Tribunal de Contas da União (TCU).

O Decreto n.º 9.203, de 2017, a Decisão Normativa n.º 178, de 2019, do TCU, diversos Acórdãos e Relatórios de Gestão das Unidades de Prestação de Contas (UPCs) vêm, desde 2017, oportunizando a consolidação do RI como modelo de relatório de gestão pública, reafirmando seu papel na gestão pública brasileira.

Avalia-se que, no Brasil, o RI começou a ser utilizado voluntariamente, principalmente pelas organizações do setor privado, desde a publicação do modelo universal do IIRC, e, somente a partir do ano de 2019, passou a ser exigido coercivamente, como instrumento de gestão pública para as UPCs da administração pública direta e indireta federais submetidas ao TCU (Decreto n.º 9.203/2017; Decisão Normativa n.º 178/2019).

Por isso, apresenta-se a questão: como o perfil dos contadores e dos agentes públicos determina a percepção pessoal sobre a adesão do Relato Integrado (RI) como modelo de relatório de gestão da administração pública federal?

1.2. Objetivos

O objetivo da pesquisa é identificar a influência de fatores pessoais sobre a percepção dos contadores e agentes públicos das universidades federais brasileiras sobre a adesão do RI como modelo de relatório de gestão das contas públicas. Os objetivos específicos são analisar, no âmbito da administração pública federal, a aplicação do RI como modelo de relatório de gestão da prestação de contas públicas, e interpretar a Decisão Normativa n.º 178/2019 à luz da Teoria Institucional.

1.3. Justificativa da Pesquisa

Enquanto a gestão se direciona a aspectos processuais, a governança está voltada para o direcionamento, monitoramento, supervisão e avaliação das boas práticas de gestão pública (Acórdão n.º 588, TCU-Plenário, 2018).

Aponta-se que a administração pública federal possui baixo índice de governança pública, que órgãos públicos possuem baixa capacidade de liderança, estratégia ou accountability e de gestão de operações, fatores que se relacionam com a capacidade de implantação de ferramentas de planejamento, execução e controle de modo a alcançar a eficiência da máquina pública (Acórdão n.º 588, TCU-Plenário, 2018).

Sublinha-se que, além do cuidado com a convergência universal de relatórios de gestão evidenciada a partir da adesão do RI, o TCU também representa uma das principais entidades da administração pública brasileira quanto à implantação das IPSAS no Brasil. Sua função estatal de órgão de fiscalização e controle da gestão pública federal, a torna uma das principais entidades fiscalizadoras das atividades contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade e gestão dos recursos públicos (Decisão Normativa - TCU n.º 178, de 2019).

Dessa forma, tanto a convergência de modelos de relatórios de gestão quanto de normas contábeis, a partir do RI e das IPSAS, no Setor Público, podem ser evidenciadas pelos esforços do TCU em função da boa gestão e governança pública. Ele propõe alterações na estrutura do relatório de prestação de contas públicas, na forma de gestão das informações estratégicas da organização e nos sistemas de contabilidade governamental, de modo que tais atividades públicas sejam orientadas para o cidadão (Decisão Normativa n.º 178, de 2019).

O Relatório Integrado exige que o conjunto de informações orçamentárias, financeiras e contábeis sejam demonstradas como requisitos de estrutura mínima do relatório de gestão, no formato do RI, para funcionar como instrumento de accountability. Além disso, o gestor responsável pela elaboração do documento deve estar atento para os princípios do modelo internacional, quais sejam: perspectivas estratégicas, conectividade da informação, relações com partes interessadas, materialidade, concisão, confiabilidade e completude, coerência e comparabilidade e clareza (Relatório de gestão, 2019).

Apointa-se diversas pesquisas voltadas para a adesão do RI. No âmbito global, verifica-se que os principais temas de pesquisa relacionam-se com a adesão de relatórios integrados por entidades privadas, órgãos governamentais e conselhos locais, enquanto o estudo do RI por empresas públicas é subestimado (Montecalvo, Farneti & de Villiers, 2018).

Sublinha-se que, no contexto brasileiro, as principais temáticas de pesquisa são no âmbito privado, e referem-se, primordialmente, ao estudo da demonstração da criação de valor a partir do RI (Alves, Kassai, Lucas & Ferreira, 2017) e para a pesquisa qualitativa de relatórios integrados a fim de se examinar a transparência das informações (Tavares, Henrique, Manoel, Santos & Fernandes dos Santos, 2018).

Em função do exposto a pesquisa é relevante pelos motivos a seguir:

- a) Destaque dos Tribunais de Contas como atores na implantação das IPSAS no Brasil; adesão do modelo universal de Relatório Integrado na administração pública; requisição das informações de caráter orçamentário, financeiro e contábil no relatório de gestão;
- b) Trabalhos sobre o Relatório Integrado na área privada fundamentados na Teoria Institucional, oportunizando a temática na área pública (Slewinski, Camacho e Santos, 2015; Slewinski, 2016; Tunico, 2017; e, Santos, Neumann e Camacho, 2018); e,
- c) Fatores pessoais são conceituados na literatura de forma abrangente e são amplamente utilizados nas pesquisas sociais de modo a distinguir características individuais como aspectos relevantes em processos de mudança. Além disso, realizam a associação de fatores pessoais a métodos e teorias organizacionais, comportamentais e psicossociais (Stogdill, 1948; Perry, Kulik & Bourhis, 1996; Armstrong & Brown, 1998; Nagarkoti, 2014, Gaspar & Balancho, 2017; Day, 2022).

Dessa forma, tendo em vista que fatores pessoais e sociais influenciam processos de mudança, os fatores pessoais são utilizados nesse estudo como balizadores da percepção dos contadores e agentes públicos sobre a adesão do Relato Integrado (RI) na administração pública federal.

Desde 2018, as Unidades Prestadoras de Contas (UPCs), pertencentes à administração pública federal, estão divulgando seus relatórios de gestão com informações fundamentadas no guia de elaboração do RI para o Brasil, que segue o modelo e as práticas do IIRC (Relatório de gestão, 2019).

Por Instruções Normativas (IN) define-se que UPCs deverão apresentar o relatório de gestão, bem como determinam-se os prazos e os seus elementos de conteúdo (Decisão Normativa n.º 187, 2020). Além disso, define-se quais UPCs terão as contas do exercício formalizadas para julgamento pelo TCU, consoante com o critério de serem significativas para o Balanço Geral da União (BGU), ou, no caso de empresas públicas, aquelas selecionadas pelo critério de materialidade da participação acionária da União (Instrução Normativa n.º 84, 2020).

Identifica-se que a implantação do RI no Brasil vem sendo estudado no âmbito das conjunturas da criação do IIRC (Carvalho & Kassai, 2014), a demonstração da criação de valor a partir das comunicações financeiras no RI (Alves *et al.*, 2017) e, a transparência das entidades bancárias brasileiras a partir dos relatórios integrados (Tavares *et al.*, 2018).

Globalmente, apesar de alguns trabalhos empíricos sobre relatórios de sustentabilidade governamental envolvendo empresas públicas, existem poucos explorando o RI no setor público (Montecalvo *et al.*, 2018).

Em vista da transformação originada da Decisão Normativa n.º 178/2019, do TCU, verifica-se a oportunidade de contribuir para a temática do RI na administração pública brasileira.

Apesar das recentes reformas no setor público com adesão do RI como guia de elaboração dos relatórios de gestão e dada a autoridade desse setor no controle da economia e na geração de valor, questiona-se se a adesão dessa nova exigência normativa será essencial para o Estado alcançar melhorias na qualidade do serviço prestado, no que pese à sua legitimidade, melhoria das funções de gestão e transparência contábil, controle e fiscalização da gestão dos recursos públicos federais e da responsabilização dos contadores e agentes públicos.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Teoria Institucional e Relato Integrado na Administração Pública

Aplica-se a Teoria Institucional nesse estudo como base teórica para discutir razões estratégicas que subsidiam a decisão do Tribunal de Contas da União (TCU) de estabelecer o Relato Integrado (RI) como modelo de relatório de gestão das entidades brasileiras que compõem a administração pública federal.

A Decisão Normativa (DN) n.º 161, de 2017, instituiu que as UPCs deveriam apresentar relatório de gestão e demais informações referentes à prestação de contas do exercício de 2017, fundamentados no modelo de RI, discutido na própria DN, além disso, definiu-se que as UPCs constituiriam uma experiência piloto.

O isomorfismo institucional é lente de estudo das organizações contemporâneas, pois, abrange temas políticos, sociais e de legitimação das práticas organizacionais, bem como dos esforços de manutenção das organizações. O conceito é utilizado no estudo das organizações para compreender e elucidar causas que conduzem as organizações a atravessarem períodos de transformação, reflexões essas que, segundo DiMaggio e Powell (1983), podem ser melhor discutidas a partir do conceito de isomorfismo competitivo e institucional.

As disputas organizacionais vão além de recursos e clientes, incluindo a concorrência por poderes políticos e/ou legitimidade de crenças institucionais, concordância social e econômica, a competição conduz mudanças organizacionais pelas quais é passível a compreensão das organizações atuais.

Debate-se que a constituição e a conservação da legitimidade através da introdução de novas práticas institucionais é o princípio fundamental para entender a decisão do TCU ao estabelecer o Relato Integrado (RI) como exemplo de relatório de gestão da administração pública federal.

Nesse sentido, o cenário de institucionalização do RI como modelo para o relatório de gestão das organizações na administração pública brasileira pode ser estudado sob o ponto de vista da adequação dos procedimentos brasileiros àqueles adotados em outros países, em busca de assegurar melhores índices de accountability e legitimidade das práticas governamentais.

Reforça-se que o conceito de isomorfismo é observado como método de avaliação organizacional, capaz de clarificar as razões que levaram à decisão do TCU de estabelecer o RI na administração pública brasileira, o que poderá ser melhor discutido conforme o conceito de isomorfismo coercitivo, tradicionalmente alicerçado no pilar institucional regulador, conforme Figura 1.

Característica	Regulador	Normativo	Cognitivo
Base da submissão	Utilidade	Obrigação social	Pressuposição
Mecanismos	Coercitivo	Normativo	Mim�tico
Lógica	Instrumentalidade	Adequação	Ortodoxia
Indicadores	Regras, leis, sanções	Certificação, aceitação	Predomínio, isomorfismo
Base da legitimação	Legalmente sancionada	Moralmente governada	Culturalmente sustentada, conceitualmente correta

Figura 1 - Os três pilares das instituições
 Fonte: Scott (1995, p.35 *apud* Fonseca, 2003, p.50)

2.2. A instauração do Relato Integrado e o controle de contas públicas pelos Tribunais de Contas

Arrola-se que a atuação do Tribunal de Contas da União (TCU)   determinada pelos artigos 70 e 71, da Constituição Federal de 1988, enquanto suas competências, constitucionais e privativas, são dispostas nos artigos 33, 70, 71, 72, 74 e 161, sobre as quais, nesse trabalho, enfatiza-se a competência de julgamento, a partir da emissão de pareceres, das contas dos administradores de recursos públicos e a fiscalização do uso dos recursos públicos.

Atualmente, o Brasil possui 33 Tribunais de Contas, o Tribunal de Contas da União, e os localizados nas 26 capitais brasileiras e no Distrito Federal, os outros 5 estão nos municípios de São Paulo e Rio de Janeiro e nas capitais dos Estados da Bahia, Goiás e Pará.

De acordo com Willeman (2016), as Instituições Superiores de Controle do Brasil (ISCs), são entidades públicas defensoras do regime democrático e republicano brasileiro, a quem compete a guarda das finanç as públicas. Atualmente, tem suas funções impactadas por fatores internos e externos que afetam o exercício de controle de contas, demonstrando a existência de disfunções nas suas atividades, oriundas, entre outros casos, de problemas travados com o Poder Executivo, Legislativo e Judiciário.

Contudo, avalia-se que a atuação dos Tribunais de Contas (TCs) no controle de políticas públicas, no julgamento das contas dos gestores públicos, na regulação do Estado e no esforço das estratégias de efetividade da administração pública são atributos que dão relevância e posição institucional consolidada das Cortes de Contas na configuração democrática da república brasileira (Willeman, 2016).

A Constituição Federal da República (1988), outorga ao Congresso Nacional, por controle externo, ou sistema de controle interno de cada Poder, a função de fiscalização (contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial) das entidades ligadas à União e das entidades da administração direta e indireta, estabelecendo, ainda, que deverão prestar contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que de alguma forma faça uso ou administre recursos públicos da União, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária (Parágrafo único, redação dada pela Emenda Constitucional n.º 19, de 1998).

Além disso, a figura do TCU aparece distintivamente no art. 71, o qual especifica, dentre diversas obrigações, a competência para:

II - julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público federal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público (Brasil, 1988, art. 71, inciso II).

Contudo, identificadas disfunções nas atividades exercidas pelos Tribunais de Contas (TCs) - marcadas por casos de omissões, escândalos de corrupção e crises fiscais dos estados brasileiros - reformas foram realizadas entre os anos de 2000 e 2017, com foco na recuperação e manutenção da legitimidade desse importante órgão de controle de contas públicas, com foco na reconstrução do espaço público e ressignificação das funções dos TCs (Willeman, 2016).

Esclarece-se que, atualmente, as principais reformas originadas nesse sentido relacionam-se com melhorias nas políticas de governança da administração pública, a exemplo da implantação do RI, como medida de ajustamento oriunda de isomorfismo institucional.

Sobre a instituição do RI na administração pública brasileira, cabe anunciar que o mesmo está sendo incorporado como modelo de relatório de gestão nas prestações de contas dos órgãos da administração pública federal, instituído a partir da Decisão Normativa n.º

178/2019, do TCU, a qual afirma estar consoante com orientações fundamentadas no modelo universal de RI (Decisão Normativa n.º 178/2019).

Essa decisão é amparada pela necessidade de implantação de mecanismos de governança aprovados universalmente e pautado no Decreto n.º 9.203, de 2017, que dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional (Brasil, 2017).

Tabela 1 - Rol da jurisprudência brasileira que ampara o Relato Integrado na administração pública

Norma	Descrição
Instrução Normativa n.º 63/2010/TCU	Estabelece normas de organização e apresentação dos relatórios de gestão e das peças complementares que compõem os processos de contas.
Lei n.º 13.303/2016	Institui que as estatais produzam o relatório integrado ou de sustentabilidade, mas não obrigava sua entrega como relatório de gestão. O objetivo é produzir relatórios corporativos mais transparentes e compreensíveis para as partes interessadas.
Decreto n.º 9.203/2017	Dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Governança pública é o conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e prestação de serviços de interesse da sociedade.
Decisão Normativa n.º 161/2017/TCU	Dispõe acerca das unidades devem apresentar relatório de gestão e demais informações referentes à prestação de contas do exercício de 2017. Essas UPCs compõem uma experiência piloto de relatórios de gestão fundamentados no modelo de Relato Integrado.
Decisão Normativa n.º 178/2019/TCU	Segue o modelo internacional para Relatório Integrado e procura a evolução do processo de prestação de contas, tornando-o mais simples, estável, seguindo diretrizes do TCU de desburocratização na Administração Pública Federal.
Relatório de gestão: guia para elaboração na forma de Relato Integrado, TCU (2019)	Orienta as UPCs a elaborar seus relatórios de gestão como Relatório Integrado, o relatório de gestão precisa se basear num modelo de relatório que forneça informações claras sobre as atividades do governo, como desempenho e perspectivas de curto, médio e longo prazo que gerem valores para a sociedade.

Fonte: Relatório de Gestão (2019).

Para o TCU, o objetivo primordial do relatório de gestão é apresentar um panorama preciso “sobre como a estratégia, a governança, o desempenho e as perspectivas das UPCs, no âmbito de seu ambiente externo, levam à geração de valor público em curto, médio e longo prazos” (Decisão Normativa - TCU n.º 178, de 2019, art. 3.º, parágrafo 1º) de forma que seja possível auditar e atestar a boa e regular gestão dos recursos públicos federais.

Recorda-se que uma das principais partes interessadas na prestação de contas do uso de recursos públicos é a sociedade brasileira, sendo o TCU o “guardião da confiança pública [...] responsável por garantir a transparência, a credibilidade e a utilidade das prestações de contas dos órgãos e entidades federais” (Decisão Normativa n.º 178/2019).

Sublinha-se que a edição da Decisão Normativa n.º 178/2019 contou com o gatilho do Decreto n.º 9.203/2017, visto que esse trata de princípios, diretrizes, mecanismos e práticas organizacionais, de modo a atender as necessidades contemporâneas da sociedade quanto à política de governança pública da administração federal, que inclui integridade, confiabilidade, melhoria regulatória, prestação de contas e transparência das atividades públicas e também da Lei n.º 13.303/2016, que já compelia a divulgação anual de relatório integrado ou de sustentabilidade às empresas públicas e às sociedades de economia mista, como requisito de transparência (Lei n.º 13.303, 2016, art. 8.º, inciso IX).

Conforme a Decisão Normativa n.º 178/2019, a estrutura mínima do relatório de gestão, no formato do Relato Integrado (RI), para funcionar como instrumento de *accountability*, deve conter o seguinte conjunto de informações:

- I.Elementos pré-textuais;
- II.Mensagem do dirigente máximo;
- III.Visão geral organizacional e ambiente externo;
- IV.Governança, estratégia e alocação de recursos;
- V.Riscos, oportunidades e perspectivas;
- VI.Resultados e desempenho da gestão; e,
- VII.Informações orçamentárias, financeiras e contábeis.

Assim, ele funciona não somente como documento de prestação de contas ao TCU, mas com o objetivo de organizar a gestão de forma ordenada, integrada e coesa, para beneficiar a própria entidade que o adota, contribuindo tanto para a administração interna quanto para a interlocução com usuários externos.

Recorda-se que o Ministério da Fazenda elaborou seu Relatório de Gestão de 2017 baseado no modelo internacional de Relatório Integrado, conforme a orientação da Decisão Normativa n.º 161/2017, do TCU. A partir de 2018, as demais UPCs também puderam elabo-

rar seus relatórios de gestão em conformidade ao modelo internacional de Relatório Integrado. Os relatórios integrados referentes à prestação de contas do ano de 2017, fizeram parte da experiência piloto, representando um arcabouço documental passível de verificação sobre como as mudanças impactaram as prestações de contas anuais (Relatório de Gestão, 2019).

Aponta-se que as prestações de contas anuais são obrigações do gestor público, por meio delas é possível comprovar as atividades da administração pública, compreende um ciclo que se inicia com a prestação de contas, passa pela auditoria nas contas “feita por órgão de controle interno cujo produto é o relatório de auditoria de gestão e o certificado de auditoria com parecer sobre a regularidade da gestão”, e finaliza com o parecer das contas dos gestores pelo TCU, em que o produto é uma instrução técnica e acórdão do TCU.

A Instrução Normativa n.º 63, de 2010, é responsável por orientar a organização e apresentação dos relatórios de gestão e o julgamento das contas é feito segundo o que consta no art. 16 da Lei n.º 8.443/1992 (Relatório de Gestão, 2019).

Em 2020, o TCU disponibilizou uma ferramenta de autoavaliação de relatórios de gestão na forma de relato integrado, para auxiliar os gestores e as UPCs a verificarem se os seus relatórios de gestão estão em conformidade em relação ao conjunto de informações que se espera compor os relatórios de gestão no formato de Relato Integrado (RI).

Segundo o TCU, “o processo que leva à produção do Relatório de Gestão na forma de Relato Integrado é muito mais importante do que o relatório em si” e reforça que cabe aos responsáveis pela governança e a alta administração da entidade estar sempre aperfeiçoando e salvaguardando o processo e a elaboração de informações conforme os princípios e o modelo de RI, com vistas à adesão aos princípios de boa governança pública (Decisão Normativa n.º 187/2020).

Explica-se que a ferramenta de autoavaliação propõe que o respondente se atente para o que consta na Decisão Normativa n.º 178/2019, no Guia para elaboração do Relatório de Gestão na forma de RI (Relatório de Gestão, 2019) e no modelo internacional do IIRC para RI. De forma que, além da estrutura mínima, também se respeite as diretrizes internacionais do RI.

Assim, a ferramenta auxilia o elaborador a adequar o documento está de acordo com as diretrizes internacionais para RI, como estratégia, conectividade da informação, relações com partes interessadas, materialidade, concisão, confiabilidade e completude, coerência e

comparabilidade e clareza. E, caso se reconheça que alguma diretriz não foi apreciada, o gestor deveria justificar os motivos pelos quais a entidade não pode adotá-la ou os motivos pelos quais não se aplica às atividades desempenhadas.

Desse modo, o gestor deve observar se segue a estrutura mínima, como: elementos pré-textuais; mensagem do dirigente máximo; visão geral organizacional e ambiente externo; governança, estratégia e alocação de recursos; riscos, oportunidades e perspectivas; resultados e desempenho da gestão; informações orçamentárias, financeiras e contábeis; e também, se segue as diretrizes internacionais.

Para o ano 2020, o TCU publicou a Instrução Normativa n.º 84 sobre o rito do processo de prestação de contas anuais do referido ano, de forma que o modelo de relato integrado continua sendo uma das diretrizes a serem seguidas pelos gestores públicos para a apresentação de seu relatório de gestão da prestação de contas públicas (Instrução Normativa n.º 84/2020).

2.3. A Teoria Institucional nas Pesquisas sobre Relato Integrado

Abordagens institucionais são os principais motores que levam as companhias a instituírem o RI nas suas implementações organizacionais (Garcia, Ciasca & Marçal, 2019; Frías-Aceituno, Rodríguez-ariza & García-Sánchez, 2013; Dragu & Tiron-Tudor (2013),.

Thomson (2014), assevera que o RI avança a propiciar melhor demonstração financeira das ocorrências organizacionais que afetam capitais de consumo financeiro, manufaturado, intelectual, humano, social/relacionamento e natural e que também disseminam o modelo integrado, conforme estrutura universal de RI (Thomson, 2014).

No Brasil, a agenda de pesquisa envolve o estudo da demonstração da criação de valor a partir do RI (Alves *et al.*, 2017) e a investigação qualitativa de relatórios integrados de modo a verificar a transparência das informações divulgadas (Tavares *et al.*, 2018).

Considera-se que, apesar do estudo do RI ter amadurecido na área privada, é tempestivo o desenvolvimento de trabalhos também na conjuntura da administração pública. Após a adesão coerciva do RI na administração pública federal, torna-se relevante a utilização de tais pesquisas como modelos para a análise da gestão pública, para apurar a demonstração da criação de valor público, transparência, qualidade e sustentabilidade das informações apresentadas.

O presente estudo contribui nesse conjunto a partir da consideração de fatores pessoais na percepção dos contadores e agentes públicos sobre a institucionalização do RI na seara pública, tendo em vista que fatores pessoais são amplamente utilizados nas pesquisas sociais de modo a distinguir características individuais como aspectos relevantes em processos de mudança (Stogdill, 1948; Perry, Kulik & Bourhis, 1996; Armstrong & Brown, 1998; Gaspar & Balancho, 2017; Day, 2022).

Fatores pessoais são conceituados na literatura de forma abrangente, de modo a incluir qualquer tipo de aspecto estável, genético ou ambiental, capaz de diferenciar os indivíduos entre si, como personalidade, habilidades cognitivas e conhecimento. Adicionalmente, sabe-se que o contexto cultural, condições sociais, forma de criação, sexo, ocupação, rendimento e convivência familiar são considerados na literatura como aspectos relevantes para a emergência de traços de personalidade (por exemplo, a liderança) e até mesmo a inteligência (Stogdill, 1948; Day, 2012).

Gaspar e Balancho (2017) chegaram à conclusão de que o estímulo de competências pessoais e sociais parece ser um meio de prevenir efeitos negativos no desenvolvimento das crianças e adolescentes por conta de baixas condições socioeconômicas. Adicionalmente, se verificou que características como idade, ocupação, estilo de vida, circunstâncias econômicas e personalidade são fatores pessoais que afetam a decisão de consumidores (Nagarkoti, 2014).

Amstrong e Baron (1998) realçam os fatores pessoais como um dos focos das entidades ao instituírem o sistema de pagamentos baseado em competências, em que as companhias passaram a considerar aspectos de saber, saber fazer e saber ser como o conjunto de habilidades, conhecimentos e comportamentos que precisam ser aplicados para alcançar a eficácia.

Além disso, os autores citam categorias de competências, as quais incluem traços pessoais como comprometimento com resultados e relacionamento interpessoal, como perfis relevantes para indivíduos envolvidos em processos gerenciais em que as empresas tendem a focar a maior parcela de seu orçamento para orientar o recrutamento e reter os profissionais mais talentosos (Amstrong & Baron, 1998).

2.4. O Relato Integrado na Administração Pública Brasileira à Luz da Teoria Institucional

Discute-se que a decisão do Tribunal de Contas da União (TCU) se deu, nesse caso, por manifestação de pressões institucionais de natureza coerciva, em vista de seu caráter de

órgão basilar e indispensável na gestão dos recursos públicos federais e das atribuições dos gestores públicos quanto ao gerenciamento desses recursos.

Aponta-se que, recorrendo a seu poder institucional, o TCU impôs o RI como modelo de relatório de gestão da administração pública brasileira, o novo processo foi promovido pela Decisão Normativa n.º 178/2019, cujo objeto foram as prestações de contas anuais da administração pública federal, do exercício de 2019.

A Decisão Normativa n.º 178/2019 e o Decreto n.º 9.203/2017, foram importantes para a adesão do RI na gestão das Unidades de Prestação de Contas (UPCs), inicialmente, sabe-se que o RI começou a ser utilizado voluntariamente pelas organizações do setor privado e, a partir de 2018, passou a ser exigido no Setor público coercivamente, como instrumento de gestão pública a partir do arcabouço legal supracitado.

Essa nova decisão do TCU dispôs sobre as prestações de contas, referentes ao exercício de 2019 da administração pública federal brasileira, no que se referia a forma, os elementos de conteúdo e as unidades que iriam apresentar suas contas em 2020 (Decisão Normativa - TCU n.º 178/2019).

O relatório deve demonstrar e justificar se as UPCs conseguiram alcançar os objetivos propostos, seguindo, no mínimo, o seguinte conjunto de informações, com foco não financeiro:

(a) os objetivos, as metas e os indicadores de desempenho definidos para o exercício, sua vinculação aos objetivos e à missão das UPCs, e, se for o caso, ao Plano Plurianual, aos planos nacionais e setoriais do governo e dos órgãos de governança superior;

(b) o valor público em termos de produtos e resultados gerados, preservados ou entregues no exercício, e a capacidade de continuidade em exercícios futuros;

c) justificativas para objetivos ou metas não atingidas; e,

d) as principais ações de supervisão, controle e de correção adotadas pelas UPCs para a garantia da legalidade, da economicidade e da transparência na gestão dos recursos públicos (Decisão Normativa n.º 178/2019).

Ressalta-se que, desde 2018, as UPCs estão enviando seus relatórios de gestão com informações fundamentadas no guia de elaboração do RI, quando compuseram uma experiência

piloto, direcionada pela DN TCU n.º 161/2017, referente à prestação de contas do exercício de 2017 ((Decisão Normativa - TCU n.º 178, de 2019).

O TCU afirma que o relatório de gestão deverá observar perspectivas estratégicas de conectividade da informação, relações com partes interessadas, materialidade, concisão, confiabilidade e completude, coerência, comparabilidade e clareza. (Decisão Normativa - TCU n.º 178, de 2019).

Tanto quanto aos elementos de conteúdo quanto às diretrizes para a elaboração do relatório, o TCU segue as exigências do modelo universal, e visando alcançar a melhor eficiência do relatório de gestão, promove uma abordagem mais alinhada com as atividades da administração pública, além daquelas abordadas no modelo do IIRC, na busca de satisfazer o interesse público, quais sejam adicionar a clareza como uma diretriz e as informações orçamentárias, financeiras e contábeis.

Avalia-se que a decisão alinha-se às tipologias de isomorfismo institucional, e, portanto, à Teoria Institucional e segue as diretrizes internacionais sobre RI ao usufruir dos princípios básicos do RI, estipulados na estrutura universal.

A decisão do TCU também integra o relatório de atividades das UPCs ao Relatório de Gestão, para torná-lo mais conciso e promover a conectividade da informação, e, traz aspectos da Lei de Acesso à Informação (Lei n.º 12.527/2011 - LAI) para reforçar a necessidade da transparência na prestação de contas, alinhando-se assim às diretrizes da literatura internacional sobre RI (IIRC, 2013; Frías-Aceituno, Rodríguez-ariza, & García-Sánchez, 2013).

Em 9 de setembro de 2020, foi instituída a Decisão Normativa (DN) TCU n.º 187/2020, para divulgar quais UPCs da administração pública federal careceriam, em 2021, de apresentar seus relatórios de gestão, referentes ao exercício de 2020, seguindo o modelo de RI, consolidando a decisão informada pelas decisões anteriores (DN n.º 178/2019; DN n.º 161/2017; IN n.º 84/2020).

Diante dos fatos, observa-se possibilidade de homogeneização do relato integrado como modelo de relatório de gestão também nos âmbitos da administração pública estadual em um horizonte próximo.

3. ESTADO ATUAL SOBRE RELATO INTEGRADO NO BRASIL

Para verificar o estado da arte sobre Relato Integrado (RI) no Brasil, realizou-se uma análise bibliográfica sobre a temática entre 2014 e 2022, tendo em vista que o modelo universal de RI foi publicado em dezembro de 2013 e sua adesão na administração pública federal se deu a partir de 2018.

Apenas em 2017 foi publicado o primeiro trabalho voltado para o RI na administração pública indireta. O mesmo estudava o relatório integrado no âmbito do Conselho Federal de Contabilidade. Esse foi um estudo de caso que verificou possibilidade de melhoria dos princípios básicos das informações contábeis demonstradas no relatório de gestão integrado do Conselho Federal de Contabilidade (Freitas & Freire, 2017).

Depois, em 2019, um trabalho sobre a disseminação do RI no âmbito das organizações privadas e públicas foi apresentado; o objetivo da pesquisa era verificar o estado recente de elaboração do RI pelas organizações brasileiras, públicas ou privadas (Garcia *et al.*, 2019, p.2).

Favato, Neumann e Sanches (2020), se debruçaram sobre o RI do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). À luz da Teoria da Legitimidade, os resultados enfatizaram o reforço do RI, entre os anos de 2013 a 2016, para o entendimento da entidade com seus *stakeholders* (Favato *et al.*, 2020).

Outro trabalho demonstrou a colaboração do RI quanto às demonstrações das extensões econômica, social e ambiental nos relatórios de uma empresa agrícola do estado do Mato Grosso. Em que os resultados deixaram claro que nenhuma dimensão explorou satisfatoriamente as informações dos biomas (Guzatti, 2020).

Souza (2020), contribuiu com a averiguação dos discursos de sustentabilidade nos Relatos Integrados das organizações brasileiras públicas e privadas, entre 2013 e 2018. Os resultados implicaram na predominância do discurso hegemônico da sustentabilidade econômica, com sombras de que a sustentabilidade é utilizada equivocadamente para caracterizar sustentabilidade financeira enquanto o RI é aderido pelas organizações.

Souza e Panhoca (2020), retratam que o discurso de sustentabilidade relaciona-se com o desenvolvimento econômico. Adicionalmente, verificaram o potencial do RI no direcionamento das missões organizacionais para os objetivos sustentáveis.

Souza e Panhoca (2021), conforme a expectativa de aumentar a compreensão sobre sustentabilidade corporativa, investigaram a formulação dos discursos nos Relatos Integrados de empresas públicas e relatam que a adesão ao RI pode incentivar transformações organizacionais conectadas ao discurso hegemônico de sustentabilidade financeira.

Zaro (2021), levantou discussão sobre a função dos gestores públicos no estímulo a uma conduta coletiva de controle, planificação e o potencial do RI em auxiliar *stakeholders* e *shareholders* a compreenderem melhor resultados, impactos e geração de valor dos capitais.

Dessa forma, os trabalhos atuais sobre RI na administração pública concentram-se em uma agenda de pesquisa, a análise de relatórios integrados de empresas estatais, com o intuito de identificar o gênero de discurso de sustentabilidade dominante.

4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O processo de investigação desse estudo, de modo a se alcançar os objetivos propostos, consiste em avaliar os fatores pessoais que influenciam a percepção dos contadores e agentes públicos sobre a adesão do Relato Integrado (RI) como modelo de relatório de gestão das contas públicas.

Os procedimentos gerais utilizados nessa pesquisa foram métodos indutivos, já que as premissas estabelecidas não são tidas como universais, mas serão testadas por experimentação. Nas fases da pesquisa foram utilizados métodos experimentais e estatísticos. Por isso, quanto à abordagem a pesquisa caracteriza-se como quantitativa e quanto aos objetivos caracteriza-se como descritiva.

Essa é uma contribuição acadêmica para a produção de conhecimento na área de contabilidade pública e uma compreensão abrangente sobre a adesão ao RI no âmbito público brasileiro, a partir da percepção daqueles que atuam diretamente com a gestão do serviço público.

A contribuição está atrelada à consideração de fatores pessoais na percepção dos contadores e agentes públicos sobre a institucionalização do RI na seara pública, tendo em vista que fatores pessoais são amplamente utilizados nas pesquisas sociais de modo a distinguir características individuais como aspectos relevantes em processos de mudança e associações com métodos e teorias comportamentais, organizacionais e psicossociais (Stogdill, 1948; Perry, Kulik & Bourhis, 1996; Armstrong & Brown, 1998; Nagarkoti, 2014; Gaspar & Balancho, 2017; Day, 2022).

Além disso, a pesquisa é potencialmente original e relevante por utilizar o método de regressão multinomial e a perspectiva institucional na interpretação dos resultados da pesquisa.

Neste capítulo, serão abordados os métodos utilizados no estudo, como a população e amostra, instrumento de coleta de dados da pesquisa, técnica de coleta de dados, procedimentos para o tratamento dos dados coletados e a análise dos dados.

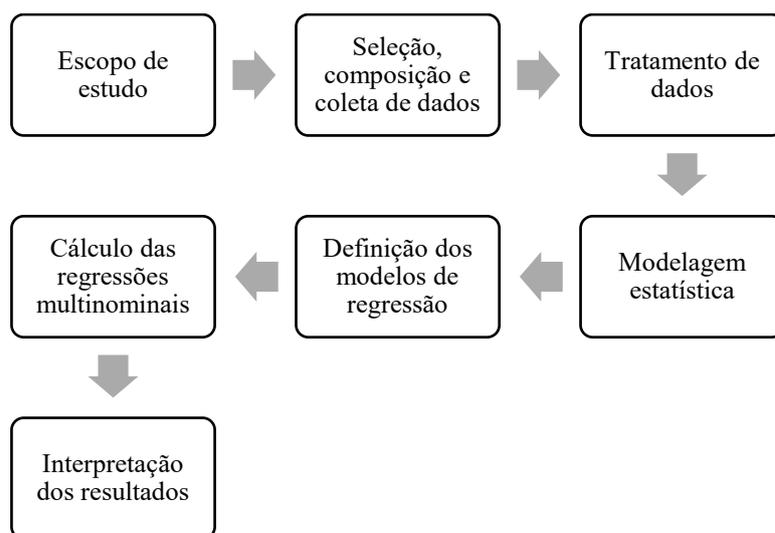


Figura 2 – Fluxograma da metodologia

4.1. Delineação da Pesquisa

A administração pública federal foi a primeira a ser pressionada pela adesão do Relato Integrado (RI). Desde 2018 passou a ser exigido no Setor público, pelo TCU, para as Unidades Prestadoras de Contas (UPCs), como o instrumento de prestação de contas da gestão pública. A Unidade Prestadora de Contas, é o “órgão, entidade ou fundo da Administração Pública federal responsável por dinheiros, bens e valores públicos e que tem relevância para a sociedade e o Congresso Nacional, tanto pela utilização de recursos federais, quanto pela entrega de bens e serviços públicos” (Brasil, 2018, p.7).

As UPCs, entidades da administração pública federal, devem produzir seus relatórios de gestão conforme o guia de elaboração do RI para o Brasil, que segue o modelo e as boas-práticas do IIRC (Relatório de Gestão, 2019).

4.2. População e amostra da Pesquisa

Especificamente, a população da pesquisa são os contadores e agentes públicos das universidades federais brasileiras. Os contadores são os profissionais com formação superior na área de Ciências Contábeis que atuam de forma direta ou indireta na elaboração ou revisão de relatórios de gestão, enquanto os agentes públicos são gestores, administradores, docentes, entre outras funções, que atuam de forma direta ou indireta na elaboração ou revisão de relatórios de gestão.

Vista a necessidade de delimitação do universo da pesquisa, a população foi definida com base em critérios demográficos, visto que as universidades federais brasileiras estão pre-

sentes em todas as regiões brasileiras e há presença de profissionais de todos os gêneros, idades, formação, naturalidade, tempo de serviço, assim como características atitudinais.

Dessa forma, foi possível encaminhar o questionário a esse público da administração pública federal, buscando-se representatividade dessas entidades integrantes da administração pública federal e formando, assim, a amostra da pesquisa. A amostra é considerada não-probabilística e será definida pela coleta de dados em um intervalo de tempo único.

4.3. Procedimento para Coleta de Dados

A coleta de dados foi realizada a partir encaminhamento de questionário aos correios eletrônicos dos potenciais participantes da pesquisa, acompanhado do TCLE. Os critérios para se incluir o participante na pesquisa foi o retorno positivo do TCLE com a resposta aos itens do questionário.

Caso o participante não desse seu consentimento para participar, a partir do retorno positivo do TCLE, não retornasse o questionário preenchido ou desistisse de participar da pesquisa, seria então automaticamente excluído da amostra da pesquisa, dada a garantia de liberdade de participação.

As garantias éticas aos participantes da pesquisa foram dadas a partir da utilização do questionário eletrônico que garante a liberdade de participação na pesquisa a partir do consentimento do participante a partir do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), bem como a sua desistência de participação, além da preservação dos dados a fim de garantir a integridade, privacidade, sigilo e confidencialidade dos dados que possam identificá-los.

Os estágios para a elaboração do questionário foram: considerações iniciais, formulação das questões e do conteúdo do questionário, definição da sequência das questões e layout, revisão e por fim, o resultado foi o questionário pré-teste. Após a aprovação do CEP/CONEP (aprovado no CAAE sob o código 50530221.9.0000.5540) foi inserido um novo estágio, definido como pré-teste, também conhecido como teste piloto, de modo a identificar a razoabilidade do questionário pré-teste e as possíveis alterações a serem feitas de modo a se alcançar o questionário final.

Nas considerações iniciais de formulação do questionário foi definido que o mesmo seria do tipo estruturado. Foi utilizada a escala de Likert: (1) discorda fortemente, (2) discorda, (3) não discorda nem concorda, (4) concorda e (5) concorda fortemente, além das pergun-

tas para caracterização do perfil dos respondentes, sem potencial de identificação individual dos participantes da pesquisa.

Tendo em vista que se trata de pesquisa social sem o interesse de coleta de dados pessoais com potencial de identificação individual do participante da pesquisa, que o fenômeno sob análise é o processo de inserção de um novo método de elaboração de relatórios de gestão para prestação de contas públicas e que a coleta de dados foi feita por questionário eletrônico, não se consideram impedimentos significativos para a suspensão e/ou exclusão da pesquisa.

Entretanto, ressalta-se que algumas situações poderiam implicar em impedimento para a coleta de dados e, conseqüentemente, poderiam resultar em suspensão da pesquisa, tais como: férias, greves, interrupção ou problemas com o serviço de comunicação utilizado e/ou a desistência deliberada dos participantes.

Questionários coletados eletronicamente devem passar por uma extensiva revisão a fim de serem eliminados erros que possam comprometer a análise estatística dos dados. Foram utilizadas as seguintes ferramentas:

- Para elaboração, teste e implantação do questionário eletrônico: Microsoft Excel;
- Para o envio e recebimento do questionário: Formulários Microsoft;
- Para o armazenamento dos dados: Microsoft Access Database;
- Para o tratamento e análise dos dados: Microsoft Excel Data Analysis ToolPak e RStudio.

O Microsoft Excel Data Analysis ToolPak permite que os dados sejam checados e preparados para a análise estatística, assim, eles podem ser convertidos para os formatos apropriados, como números, datas e textos, também permite que espaços em branco sejam localizados e que caracteres errados sejam identificados. Dessa forma, os dados podem ser analisados com maior segurança.

O Microsoft Excel Data Analysis ToolPak permite que os dados sejam revisados analiticamente, calculados, estratificados e exportados para o banco de dados e para outras ferramentas de análise de dados.

A ferramenta de sumarização avançada permite assegurar que os dados foram checados e tratados apropriadamente, incluir totais, filtrar, agrupar por características, estratificar

por faixas e extrair registros que atendam a três ou mais critérios estabelecidos, além disso, permite procurar palavras e frases específicas entre os dados.

Para a análise estatística foi utilizado a linguagem de programação R a partir do software R e do Graphic User Interface (GUI) R-commander (Rcmdr), integrado ao Microsoft Excel a partir da aplicação R Excel. Ele permite o cálculo e a visualização gráfica de Médias, Variâncias, Desvios Padrão, Frequências, Covariâncias, Correlações, Testes de Hipótese, Análise de Cluster, entre outros métodos estatísticos.

O método escolhido para a coleta de dados foi o levantamento tipo *survey*. Para a realização desse levantamento de dados utiliza-se tradicionalmente a aplicação de questionários, construindo conforme a fundamentação teórica apresentada no capítulo anterior, para verificar a opinião dos contadores e agentes públicos quanto o mérito da adesão do modelo de Relato Integrado (RI) como Relatório de Gestão do serviço público.

A coleta de dados por intermédio do método *survey* foi escolhido por conseguir garantir a coleta de informações de determinada amostra que reflete atributos capazes de descrever a população a qual essa amostra pertence. É um método sistemático que coleta descritores quantitativos da amostra sob análise, esses descritos dizem respeito ao tamanho e as distribuições de diversos atributos, além de contribuírem para a mensuração de como duas ou mais variáveis estão relacionadas. A metodologia do levantamento *survey* deve seguir alguns princípios para a tomada decisão que contribua para uma boa pesquisa, isso inclui como os membros da amostra serão identificados e selecionados, como a abordagem de contato com os membros da amostra irá ocorrer, qual nível de esforço será incorrido na coleta dos dados, na avaliação e no teste, entre outros (Groves *et al.*, 2011).

O objetivo do *survey*, por questionário eletrônico, foi obter dados sobre características dos agentes públicos que influenciam a sua percepção sobre a adesão do RI como modelo de relatório de gestão das contas públicas, no âmbito da administração pública federal, quanto à demonstração do conjunto de informações contábeis, no tocante à transparência, credibilidade e utilidade das contas públicas, e da modernização dos instrumentos de controle, interno ou externo, da administração pública.

O método de questionário *online* possui dentre seus principais problemas a auto seleção, pois todos os potenciais participantes da amostra ao receberem o convite de participação na pesquisa terão que escolher acessar o questionário e o TCLE, lê-lo, assiná-lo e somente

então preencher o questionário, todo esse processo pode limitar a representatividade da amostra já que os potenciais participantes podem decidir não acessar o questionário, não participar da pesquisa ou desistir dela a qualquer momento. Também se corre o risco de não obter nenhuma resposta.

O questionário eletrônico foi aplicado aos potenciais participantes da pesquisa entre os meses de janeiro e fevereiro de 2022, a partir dos correios eletrônicos institucionais e divulgação da pesquisa em mídias sociais e canais institucionais, de modo a se obter amostra satisfatória e diversificada de indivíduos das cinco regiões brasileiras.

4.4. Modelagem Estatística

De modo a responder o problema de pesquisa propõe-se a regressão logística Multinomial:

$$ISRG = \beta_0 + \beta_1 \text{ Faixa etária} + \beta_2 \text{ Naturalidade} + \beta_3 \text{ Escolaridade} + \beta_4 \text{ Ocupação} + \beta_5 \text{ Tempo} + \varepsilon \quad (1)$$

Onde,

- (i) ISRG é a variável dependente que significa a percepção sobre o Relatório de Gestão baseado no modelo de Relato Integrado, conforme as perguntas realizadas a partir do questionário eletrônico à amostra da pesquisa;

E como variáveis regressoras, apresentam-se os fatores que podem influenciar a percepção dos contadores e agentes públicos sobre o Relatório de Gestão baseado no modelo de Relato Integrado:

- (ii) Faixa Etária, escala que vai de 25 a 34 anos, de 35 a 44 anos, de 45 a 54 anos e de 55 a 64 anos.
- (iii) Naturalidade, representada pelas 5 regiões brasileiras, centro-oeste, nordeste, norte, sudeste e sul.
- (iv) Escolaridade, considerada a partir do Ensino médio, bem como graduação e pós-graduação, completos ou incompletos.
- (v) Ocupação, tendo como objetivo os contadores, auditores, gestores e os docentes de ciências contábeis.
- (vi) Tempo de ocupação, representado por escala, até 5 anos, 5 anos a 10 anos e superior a 10 anos.

Como solução para possíveis problemas de endogeneidade, que impossibilitará a estimação correta dos parâmetros β do modelo de regressão múltipla, implementou-se uma estimação em dois estágios, sendo z a variável exógena, conforme demonstrado a seguir:

$$\beta = \delta_1 + \delta_{2zi} + v_i, i = 1, \dots, n \quad (2)$$

No segundo passo, substituindo a variável β_1 pela variável resultante da projeção de β_1 em z , substituiu-se a variável original β_1 pela variável instrumental. Assim, se não for identificada correlação entre $\hat{\beta}$ e ε , também poderá ser descartada a correlação entre β e ε .

Tabela 2 - Variáveis utilizadas no modelo econométrico

Variáveis	Descrição	Tipo	Categorias/Covariáveis
ISRG	Percepção dos contadores e agentes públicos com o Relatório de Gestão baseado no modelo de Relato Integrado.	Dependente	-
Faixa Etária	Faixa etária dos participantes da pesquisa, em escalas.	Independente	25 a 34 anos, de 35 a 44 anos, de 45 a 54 anos e de 55 a 64 anos.
Naturalidade	Região de origem dos participantes, dentre as 5 regiões brasileiras.	Independente	Centro-oeste, nordeste, norte, sudeste e sul.
Escolaridade	Nível de escolaridade dos participantes.	Independente	Ensino médio, graduação e pós-graduação, completos ou incompletos.
Ocupação	Profissão/cargo dos indivíduos da pesquisa.	Independente	Contadores, auditores, gestores, docentes, entre outros.
Tempo de Ocupação	Tempo de ocupação dos indivíduos na profissão em que atuam, dividida em escala.	Independente	Até 5 anos, 5 anos a 10 anos e superior a 10 anos.

Dessa forma, busca-se entender, pelo ponto de vista dos principais responsáveis pelas informações de cunho orçamentário, financeiro e contábil, ou seja, os contadores e agentes públicos, a percepção sobre a instituição da Decisão Normativa (DN) TCU n.º 178/2019 e da adesão do RI como guia de elaboração dos relatórios de gestão quanto à melhoria das funções de gestão e transparência contábil, controle e fiscalização da aplicação dos recursos públicos federais e da responsabilização dos administradores públicos. Bem como entender como essa mudança contribuirá para a geração de valor; para o Estado alcançar melhorias na qualidade do serviço prestado; para institucionalização do pensamento integrado; e, para a legitimação das funções do Tribunal de Contas da União.

4.5. Especificação da modelagem estatística

Conforme a modelagem estatística e a regressão logística Multinomial apresentada na seção anterior foram criados modelos econométricos para as perguntas do questionário aplicado aos participantes da pesquisa. Para isso, foram inseridos em cada modelo a respectiva

pergunta que se queria analisar, transformando-as na variável dependente do modelo econométrico, enquanto as variáveis independentes foram as definidas no modelo de regressão, quais sejam: faixa etária, naturalidade, escolaridade, ocupação e tempo de ocupação.

$$ISRG = \beta_0 + \beta_1 \text{Faixa etária} + \beta_2 \text{Naturalidade} + \beta_3 \text{Escolaridade} + \beta_4 \text{Ocupação} + \beta_5 \text{Tempo} + \varepsilon \quad (1)$$

Em que ISRG demonstra a percepção dos contadores e agentes públicos com o Relatório de gestão baseado no modelo de Relato Integrado (RI), conforme as perguntas realizadas a partir do questionário eletrônico à amostra da pesquisa e as demais variáveis são fatores pessoais que podem influenciar na percepção dos contadores e agentes públicos sobre o Relatório de Gestão baseado no modelo de RI.

A construção dos modelos dependerá de três etapas conforme demonstrado a seguir: Teste de multicolinearidade; Teste de R quadrado; Teste de Wald, onde se adotou o nível de significância igual a 0,05. O modelo é considerado adequado para a previsão quando os valores de p dos testes de significância aplicados forem menores que 0,05.

4.5.1. Testes de Significância Globais e Específicos

4.5.1.1. Teste de Multicolineariedade

Para verificar potenciais problemas de colinearidade na matriz de variáveis explicativas, será realizado o teste de “*variance inflation factor*” ou VIF, a fim de se obter o máximo de explicação possível conforme as variáveis respostas utilizadas no modelo econométrico.

Dessa forma, o teste VIF permite identificar quando variáveis explicativas possuem alta correlação entre si, ou seja, quando a variância de um dos coeficientes é inflacionado pela existência de outro coeficiente no mesmo modelo de regressão. A fórmula é dada a seguir:

$$VIF_i = \frac{1}{1 - R_i^2} \quad (3)$$

Onde R_i^2 é o coeficiente de determinação da equação de regressão inicial, com a variável dependente no lado esquerdo e as variáveis regressoras no lado direito.

4.5.1.2. Teste R quadrado (*Nagelkerke R-Square*)

Para avaliar a qualidade do ajuste do modelo de regressão logística, realizou-se o teste R quadrado de Nagelkerke a partir do resultado da regressão logística primária. O R quadrado de Nagelkerke avalia o poder de predição do modelo inicial.

4.5.1.3. Teste de Wald

O Teste anova de Wald foi realizado a fim de identificar a significância estatística das variáveis utilizadas nos modelos de regressão logística Multinomial, de forma que uma variável é considerada estatisticamente significativa quando seu p-valor for menor que 0,05.

5. RESULTADOS

A partir dos dados obtidos de 110 questionários eletrônicos, procedeu-se a construção dos modelos de regressão logística, a partir do software RStudio que utiliza linguagem de programação R. A partir do software foram realizadas diversas simulações de modelos estatísticos e testes de significância a fim de identificar a capacidade de previsão dos modelos e a possibilidade de realização de regressão logística multinomial.

Dos 30 modelos de regressão construídos inicialmente, a partir das variáveis regressoras Idade, Naturalidade, Escolaridade, Ocupação e Tempo de ocupação, identificou-se que apenas 21 desses modelos apresentaram capacidade de previsão e possibilidade de realização de regressão logística multinomial.

Antes da apresentação dos resultados dos testes de significância, ajuste de modelos e definição dos modelos de regressão logística Multinomial apresentam-se os resultados por perfil dos respondentes.

5.1. Perfil dos respondentes

Após a aplicação do questionário eletrônico obteve-se retorno de 112 respostas. O resumo do perfil dos respondentes foi apresentado na tabela 1. Os resultados sobre o perfil dos respondentes demonstrou uma ampla participação de indivíduos do gênero masculino, com cerca de 63% da representatividade da amostra, contra 37% em relação gênero feminino.

Em relação à faixa etária, verifica-se concentração em duas escalas, de 25 a 34 anos (cerca de 20% dos participantes) e de 35 a 44 anos (cerca de 80% dos participantes).

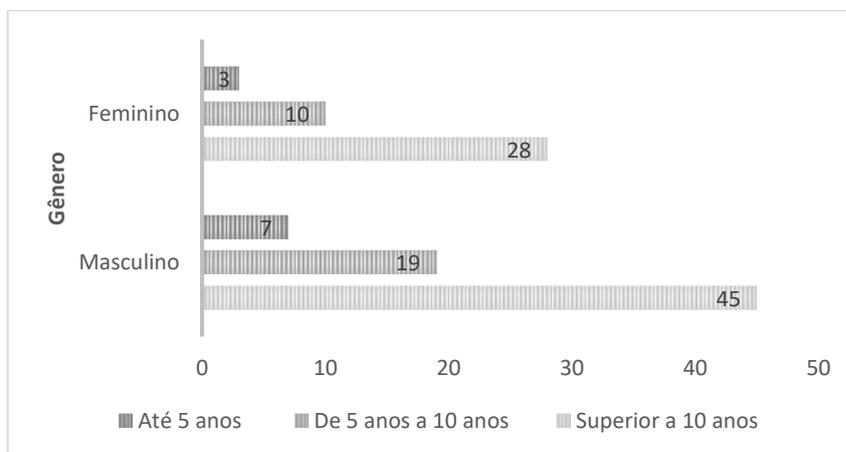


Figura 3 - Distribuição da amostra por Gênero e Tempo de Ocupação

Sobre o local de nascimento desses indivíduos, verifica-se concentração nas regiões Nordeste (42%) e Sudeste (18,8%), seguida por região centro-oeste (15,2%), norte (14,3%) e sul (9,8%).

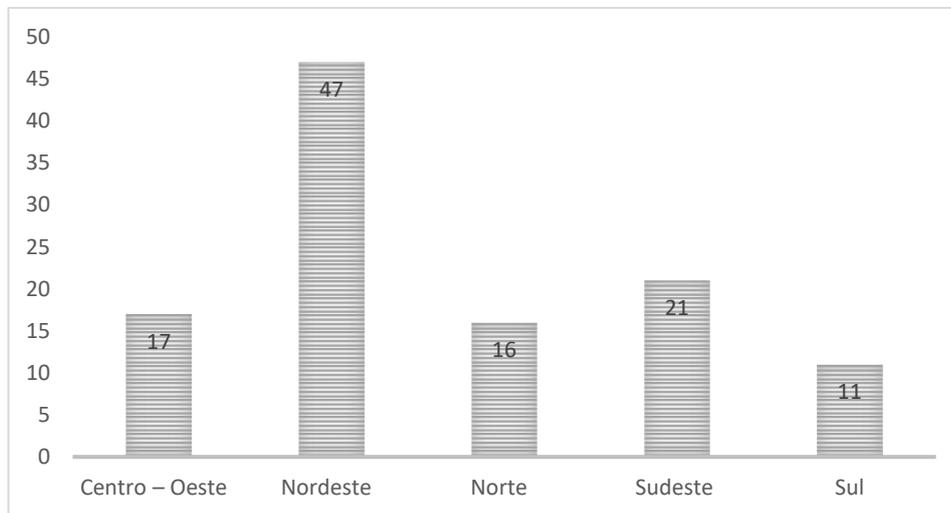


Figura 4 - Distribuição da amostra por Naturalidade

Verifica-se que 65% dos indivíduos possuem mais de 10 anos de tempo de ocupação no serviço prestado, enquanto 26% possuem entre 5 e 10 anos e apenas 9% possuem menos de 5 anos de atividade profissional

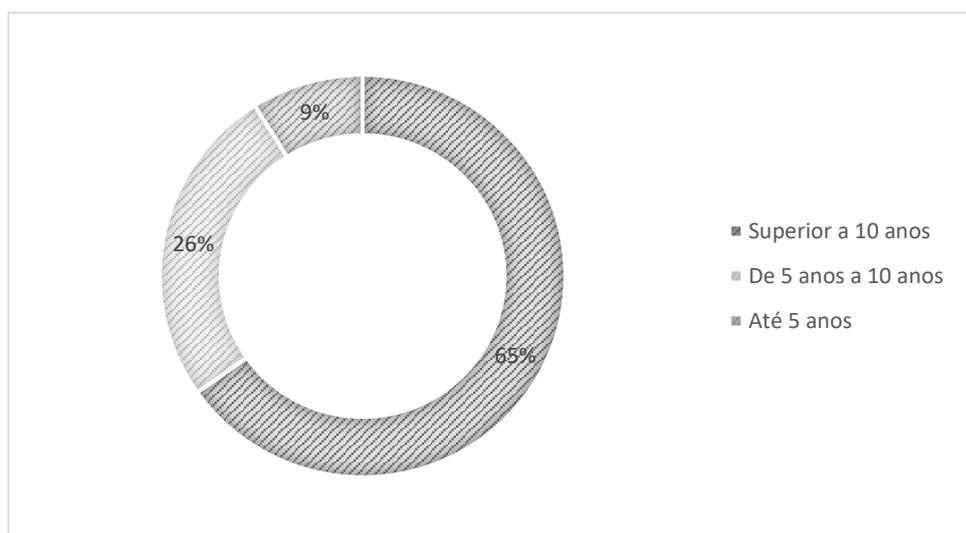


Figura 5 - Distribuição da amostra por Tempo de Ocupação

Sobre a formação acadêmica dos respondentes verifica-se que a maioria possui pós-graduação completa (cerca de 82%), seguida de pós-graduação incompleta e graduação completa, cada categoria com 8% de representatividade sobre a amostra total.

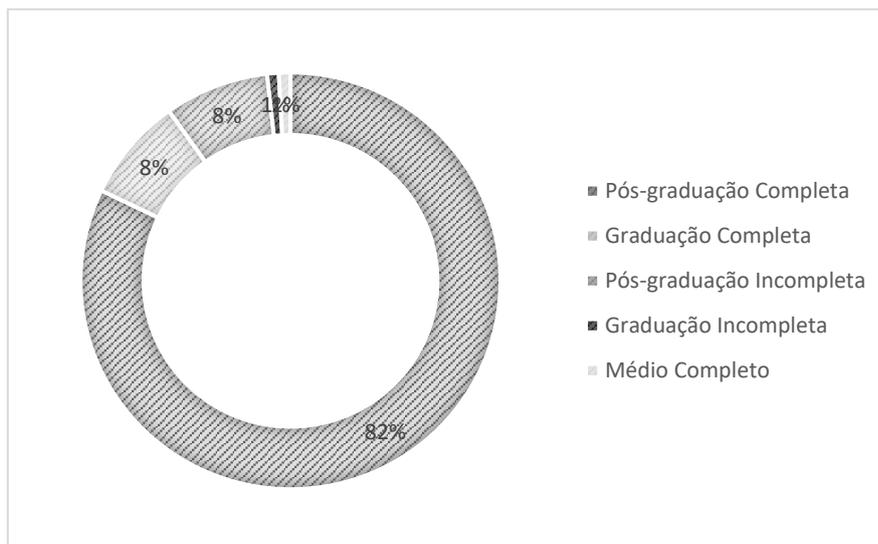


Figura 6 - Distribuição da amostra por Escolaridade

5.2. Resumo dos dados

5.2.1. Primeira seção de perguntas

Na primeira seção de perguntas sobre o Relato Integrado (RI) na Administração Pública brasileira, os entrevistados foram questionados se consideravam a adesão do RI como modelo de Relatório de Gestão na Administração Pública Federal como tentativa de atender às necessidades sociais (1); tentativa de legitimar os processos organizacionais (2); se essa decisão permite que o Estado aumente sua legitimidade, funções de gestão e transparência contábil, controle e fiscalização da aplicação dos recursos públicos federais (3); se permite que o Estado aumente a responsabilização dos administradores públicos (4).

Adicionalmente, nessa mesma seção, foram questionados se a adesão do Relato Integrado (RI) permite que o Estado alcance melhorias na qualidade do serviço público prestado (5); se o RI é limitado, unilateral e reforça as práticas administrativas tradicionais (6); e, se necessita de métodos inovadores que colaborem para as transformações de cunho sustentável (7). O resumo das respostas, em escala Likert de 5 níveis, é apresentado a seguir.

Tabela 3 - Sumário de dados da primeira seção de perguntas

	skim_variable	n_missing	complete_rate	n_unique	top_counts
*	<chr>	<int>	<dbl>	<int>	<chr>
1	x1	0	1	5	Con: 70, Con: 19, Nao: 11, Dis: 9
2	x2	0	1	5	Con: 66, Con: 21, Nao: 13, Dis: 11
3	x3	0	1	5	Con: 63, Con: 23, Nao: 13, Dis: 11
4	x4	0	1	5	Con: 51, Dis: 22, Nao: 19, Con: 17
5	x5	0	1	5	Con: 44, Nao: 27, Con: 21, Dis: 17
6	x6	0	1	5	Dis: 43, Nao: 32, Con: 25, Dis: 7
7	x7	0	1	5	Con: 54, Nao: 24, Con: 22, Dis: 9

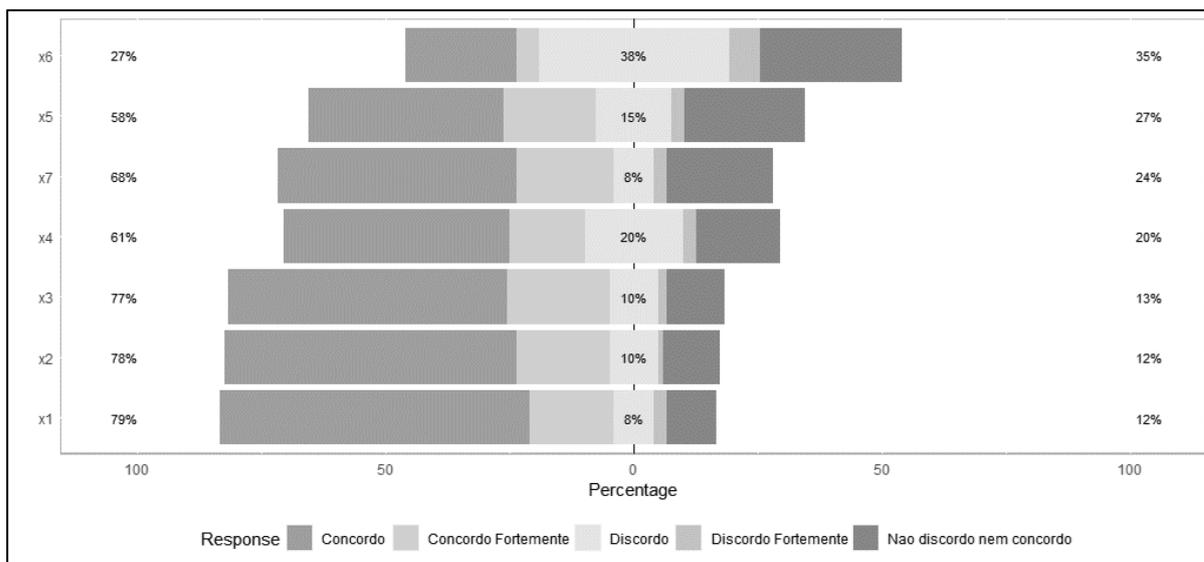


Figura 7 - Sumário de dados da primeira seção de perguntas

5.2.2. Segunda seção de perguntas

Na segunda seção de perguntas os entrevistados foram questionados sobre a administração pública federal atualmente, em relação ao quanto os administradores e gestores públicos conseguem decidir sobre as melhores práticas de divulgação de relatórios para suas instituições (8); se os serviços públicos são orientados ao cidadão (9); se há capacidade de implantação de ferramentas de planejamento, execução e controle (10); e, se há capacidade de liderança, estratégia ou accountability, e de gestão de operações (11).

Tabela 4 - Sumário de dados da segunda seção de perguntas

*	skim variable	n missing	complete rate	n unique	top counts
	<chr>	<int>	<dbl>	<int>	<chr>
8	x8	0	1	5	Con: 37, Dis: 34, Nao: 31, Dis: 9
9	x9	0	1	5	Con: 44, Dis: 38, Nao: 24, Dis: 5
10	x10	0	1	5	Con: 51, Dis: 30, Nao: 19, Con: 6
11	x11	0	1	5	Con: 41, Dis: 36, Nao: 21, Dis: 8

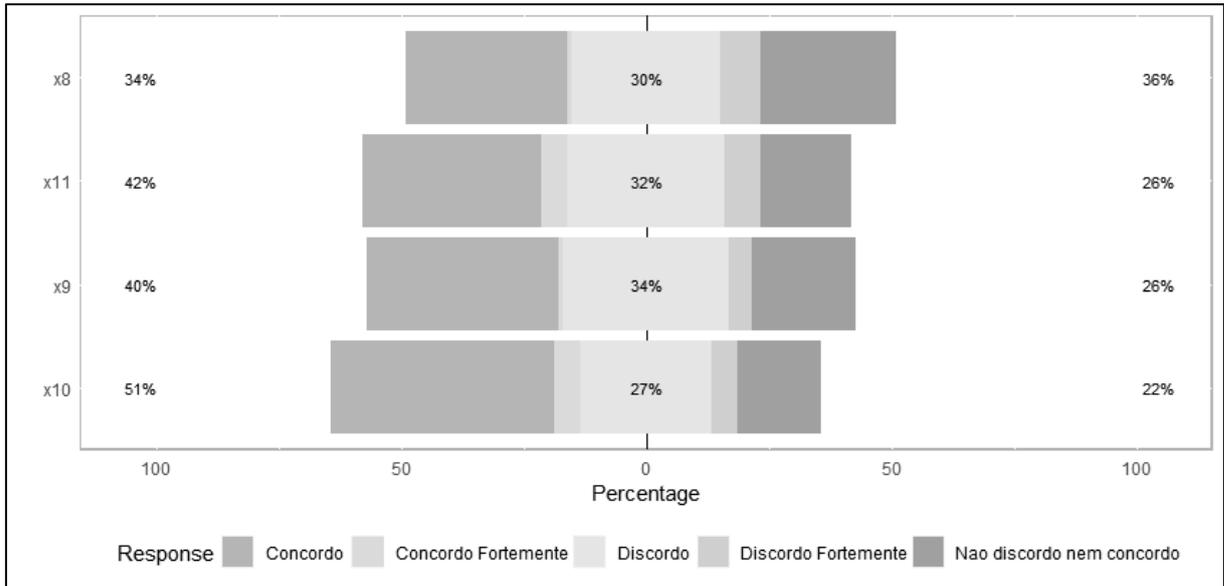


Figura 8 - Sumário de dados da segunda seção de perguntas

5.2.3. Terceira seção de perguntas

Na terceira seção de perguntas questionou-se sobre se na Administração Pública Federal o Relato Integrado (RI) contribui para a eficiência, eficácia e efetividade da gestão contábil pública (12); para que os serviços públicos sejam orientados ao cidadão (13); para a manutenção do discurso de sustentabilidade financeira (14); para a economia global sustentável, com informações mais compreensivas e transparentes para os seus usuários (15).

Adicionalmente, questionou-se se o RI contribui para medir os impactos das ações do Estado na sociedade e no ambiente externo (16); para a transparência da prestação de contas públicas (17) e para atender as necessidades de informações dos *stakeholders* sobre a criação de valor social, ambiental e econômico (18). O resumo das respostas, em escala Likert de 5 níveis, é apresentado a seguir.

Tabela 5 - Sumário de dados da terceira seção de perguntas

*	skim_variable	n_missing	complete_rate	n_unique	top_counts
<chr>	<int>	<dbl>	<int>	<chr>	
12	x12	0	1	5	Con: 61, Nao: 22, Dis: 14, Con: 11
13	x13	0	1	5	Con: 54, Nao: 23, Dis: 16, Con: 14
14	x14	0	1	5	Con: 50, Nao: 36, Dis: 15, Con: 8
15	x15	0	1	5	Con: 54, Nao: 25, Con: 14, Dis: 12
16	x16	0	1	5	Con: 52, Nao: 23, Dis: 18, Con: 14
17	x17	0	1	5	Con: 63, Con: 25, Nao: 11, Dis: 10
18	x18	0	1	5	Con: 61, Nao: 20, Con: 14, Dis: 12

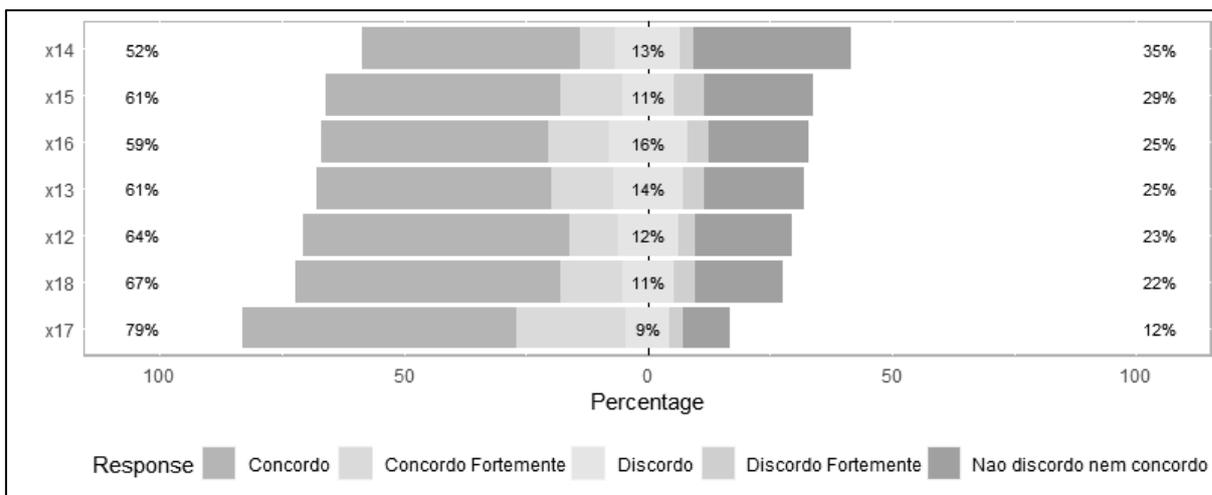


Figura 9 - Sumário de dados da terceira seção de perguntas

5.2.4. Quarta seção de perguntas

Na quarta seção, o conjunto de perguntas foi direcionado para o contexto da divulgação das informações contábeis, nesse sentido, questionou-se se o RI contribui para a materialidade (19), confiabilidade (20), completude (21), conectividade (22), coerência (23) e comparabilidade (24) das informações contábeis. O resumo das respostas está disposto a seguir.

Tabela 6 - Sumário de dados da quarta seção de perguntas

	skim_variable	n_missing	complete_rate	n_unique	top_counts
*	<chr>	<int>	<dbl>	<int>	<chr>
19	x19	0	1	5	Con: 63, Nao: 24, Con: 10, Dis: 10
20	x20	0	1	5	Con: 51, Nao: 33, Dis: 16, Con: 7
21	x21	0	1	5	Con: 46, Nao: 33, Dis: 18, Con: 13
22	x22	0	1	5	Con: 56, Nao: 28, Dis: 14, Con: 10
23	x23	0	1	5	Con: 55, Nao: 26, Dis: 16, Con: 11
24	x24	0	1	5	Con: 53, Nao: 21, Dis: 19, Con: 13

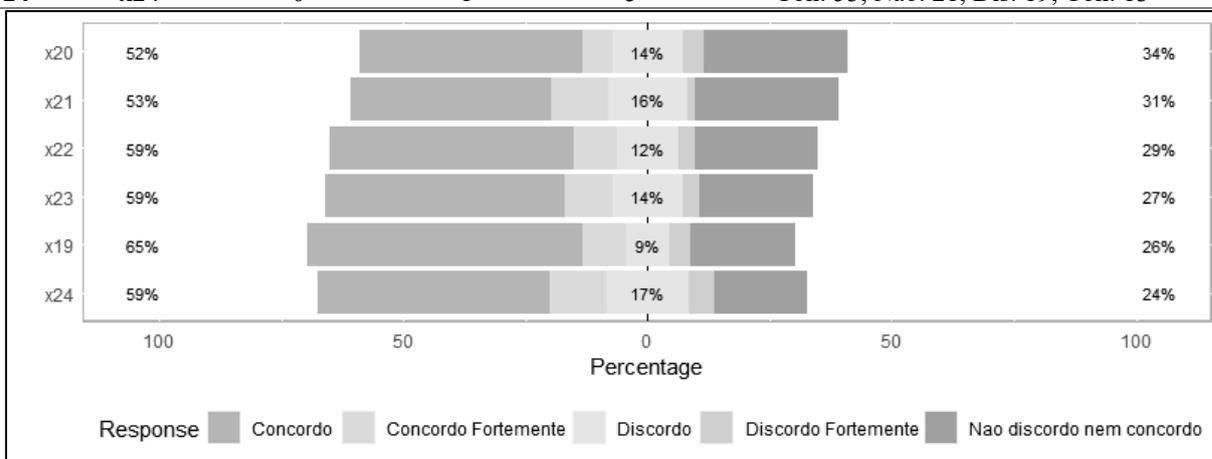


Figura 10 - Sumário de dados da quarta seção de perguntas

5.2.5. Quinta seção de perguntas

No último conjunto de perguntas, os entrevistados foram questionados se a decisão do TCU (Tribunal de Contas da União) de estabelecer o Relato Integrado (RI) como modelo de Relatório de Gestão da Administração Pública Federal contribuiu para a convergência internacional de relatórios de gestão (25); para a implantação das IPSAS (Normas Internacionais de Contabilidade do Setor público, do inglês *International Public Sector Accounting Standards*) no Brasil (26); e, para a qualidade da fiscalização e controle da gestão pública federal (27).

Adicionalmente, foram questionados se essa decisão contribuiu para a fiscalização da legalidade, legitimidade, economicidade e aplicação dos recursos públicos (28); para o comprometimento com a gestão e governança públicas (29); e finalmente, para que o modelo seja instituído também na administração pública estadual e municipal (30). O resumo das respostas, em escala Likert de 5 níveis, é disposto a seguir.

Tabela 7 - Sumário de dados da quinta seção de perguntas

*	skim_variable	n_missing	complete_rate	n_unique	top_counts
	<chr>	<int>	<dbl>	<int>	<chr>
25	x25	0	1	5	Con: 60, Con: 23, Nao: 22, Dis: 4
26	x26	0	1	5	Con: 56, Nao: 33, Con: 15, Dis: 6
27	x27	0	1	5	Con: 67, Con: 15, Nao: 15, Dis: 11
28	x28	0	1	5	Con: 58, Nao: 22, Con: 17, Dis: 11
29	x29	0	1	5	Con: 62, Nao: 21, Con: 17, Dis: 10
30	x30	0	1	5	Con: 62, Nao: 24, Con: 20, Dis: 4

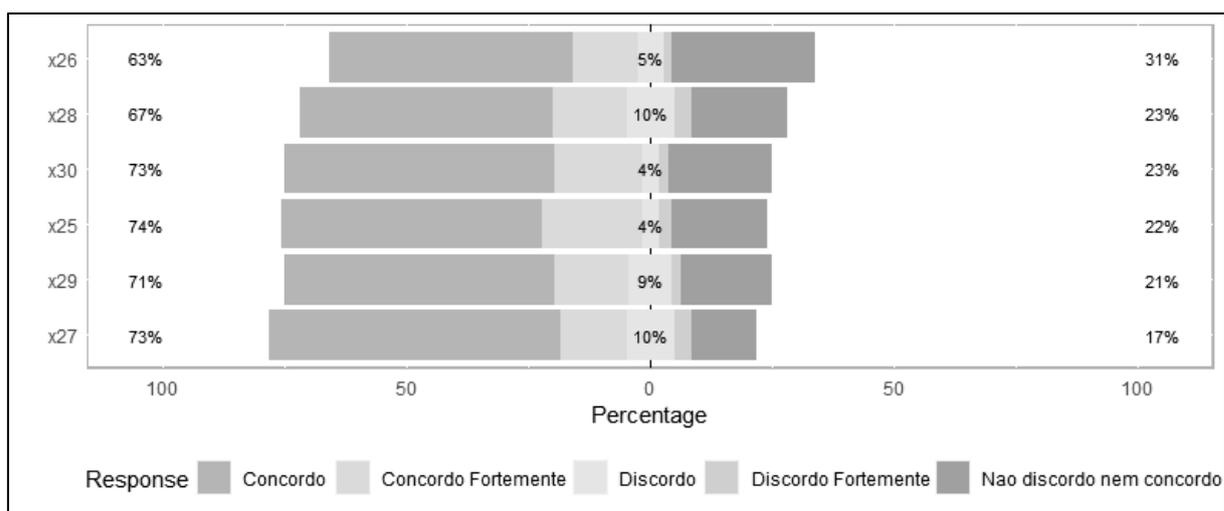


Figura 11 - Sumário de dados da quinta seção de perguntas

5.3. Construção das Regressões Logísticas Multinomiais

Utiliza-se a Regressão Logística Multinomial para o ajuste dos modelos estatísticos de modo a descrever os fatores pessoais que influenciam a percepção dos contadores e agentes públicos sobre a adesão do Relato Integrado (RI) como modelo de Relatório de Gestão da prestação de contas públicas da administração pública federal, a partir das variáveis regressoras coletadas na amostra.

A variável resposta é definida pelas respostas em escala Likert em 5 níveis: concordo fortemente, concordo, não concordo nem discordo, discordo e discordo fortemente. Com isso, busca-se compreender a influência das variáveis regressoras sobre a percepção dos contadores e agentes públicos.

Após a aplicação dos testes de significância (multicolinearidade, R quadrado e Wald), definiu-se como apropriados para a representação do estudo e rejeição da hipótese nula, os modelos de regressão cujos valores de p foram menores que 0,05 ($p\text{-value} < 0,05$).

5.3.1. Análise de Multicolineariedade dos Regressores

O teste de fator de inflação da variância, do inglês *variance inflation factor* ou VIF, indica quando regressores possuem alto índice de correlação. Para esse estudo, considera-se o valor de VIF acima de 5 como indicador de um alto índice de colinearidade. Como se pode observar o valor do teste de multicolineariedade demonstrou haver ausência de multicolinearidade entre as variáveis independentes utilizadas como regressores no modelo de regressão Multinomial, sendo que todas foram menores que 5 ($VIF < 0,05$). Dessa forma, foi possível seguir com a construção dos modelos e interpretação das variáveis.

Tabela 8 - Resultado do teste de multicolinearidade

Variável	GVIF	Df	GVIF ^{1/(2*Df)}
Faixa Etária	4,922788	5	1,172792
Naturalidade	2,878223	4	1,141276
Formação	3,152130	4	1,154318
Ocupação	4,226010	8	1,094260
Tempo de ocupação	2,894937	2	1,304397

5.3.2. Resultados dos testes Nagelkerke R-Square e ANOVA de Wald

Para avaliar a qualidade do modelo realizou-se o *pseudo* teste R^2 de Nagelkerke (*Nagelkerke R-Square*), o qual avalia o poder de predição dos modelos e ajuda a corroborar a conclusão se os modelos construídos a partir das variáveis independentes são adequados para

a análise dos dados. Também realizou-se o teste anova de Wald a fim de avaliar os efeitos globais dos modelos, pois atesta o grau de significância de cada variável no modelo todo.

Sobre os resultados encontrados para os modelos de 1 a 7, identifica-se que nos modelos 3 e 5 as variáveis não apresentaram significância ($p\text{-value} > 0,05$).

No modelo 1, as variáveis “Escolaridade” e “Ocupação” são mais significativas por apresentarem significância alta, ou seja, $p\text{-value} < 0,05$, além disso, para esse o modelo o teste de *Nagelkerke R-Square* é igual a 0,6897624.

Enquanto no modelo 2 a variável independente “Naturalidade” foi a única com significância, $p\text{-value} < 0,05$, o resultado do teste *Nagelkerke R-Square* para esse modelo foi de 0,7368228.

No modelo 4 destacam-se as variáveis “Naturalidade e “Ocupação”, com valores de significância altos ($p\text{-value} < 0,05$) e teste R quadrado igual a 0,6896293.

No modelo 6 a variável “Naturalidade” foi a única que apresentou significância ($p\text{-value} < 0,05$) (*Nagelkerke R-Square* 0,6113124). Por fim, no modelo 7, destacaram-se as variáveis “Faixa etária”, “Naturalidade” e “Ocupação”, enquanto o teste de *Nagelkerke R-Square* resultou em 0,6920666.

Tabela 9 - Resultado do teste Wald para significância das variáveis nos modelos

	Modelo 1			Modelo 2			
	LR Chisq	Df	Pr(>Chisq)	LR Chisq	Df	Pr(>Chisq)	
Faixa_Etaria	16.881	20	0.66066	23.234	20	0.2775	
Naturalidade	10.997	16	0.80965	47.649	16	5,39E-02	***
Escolaridade	26.085	16	0.05285	21.886	16	0.1469	
Ocupacao	50.682	32	0.01914	33.377	32	0.4002	
Tempo	11.251	8	0.18790	10.488	8	0.2324	
	Modelo 3			Modelo 4			
	LR Chisq	Df	Pr(>Chisq)	LR Chisq	Df	Pr(>Chisq)	
Faixa_Etaria	21.963	20	0.3425	15.634	20	0.739070	
Naturalidade	19.429	16	0.2470	36.778	16	0.002253	**
Escolaridade	14.448	16	0.5654	16.608	16	0.411388	
Ocupacao	28.315	32	0.6537	47.247	32	0.040290	*
Tempo	3.405	8	0.9064	0.765	8	0.999341	
	Modelo 5			Modelo 6			
	LR Chisq	Df	Pr(>Chisq)	LR Chisq	Df	Pr(>Chisq)	
Faixa_Etaria	23.657	20	0.2577	127.705	20	0.88701	
Naturalidade	19.465	16	0.2453	245.922	16	0.07735	.

Escolaridade	19.318	16	0.2525	159.073	16	0.45945
Ocupacao	40.216	32	0.1510	270.445	32	0.71569
Tempo	10.548	8	0.2286	58.524	8	0.66376
Modelo 7						
	LR Chisq	Df	Pr(>Chisq)			
Faixa_Etaria	33.456	20	0.030050	*		
Naturalidade	35.363	16	0.003544	**		
Escolaridade	8.499	16	0.932619			
Ocupacao	46.903	32	0.043264	*		
Tempo	8.003	8	0.433130			
Signif. codes: 0 '***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1						

A partir dos resultados encontrados para os modelos de 8 a 11 verificou-se que as variáveis não apresentaram significância nos modelos 8 e 11 ($p\text{-value} > 0,05$).

No modelo 9 a variável independente “Tempo” foi a única com significância, com teste *Nagelkerke R-Square* igual 0,5695047. No modelo 10 destacam-se as variáveis “Escolaridade e “Ocupação” com valores de significância altos ($p\text{-value} < 0,05$) (*Nagelkerke R-Square* 0,6628394).

Tabela 10 - Resultado do teste Wald para significância das variáveis nos modelos

	Modelo 8			Modelo 9			
	LR Chisq	Df	Pr(>Chisq)	LR Chisq	Df	Pr(>Chisq)	
Faixa_Etaria	13.504	20	0.8547	15.502	20	0.74698	
Naturalidade	11.703	16	0.7641	10.078	16	0.86255	
Escolaridade	8.443	16	0.9346	14.777	16	0.54100	
Ocupacao	38.517	32	0.1984	32.494	32	0.44245	
Tempo	2.309	8	0.9701	14.736	8	0.06449	
	Modelo 10			Modelo 11			
	LR Chisq	Df	Pr(>Chisq)	LR Chisq	Df	Pr(>Chisq)	
Faixa_Etaria	20.503	20	0.42687	205.957	20	0.4213	
Naturalidade	21.880	16	0.14710	213.341	16	0.1660	
Escolaridade	27.229	16	0.03901	*	167.419	16	0.4025
Ocupacao	45.012	32	0.06327	.	268.036	32	0.7270
Tempo	11.769	8	0.16180		61.343	8	0.6322
Signif. codes: 0 '***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1							

Segundo o teste anova de Wald para os modelos 12 a 18, identificou-se que no modelo 15 as variáveis regressoras não apresentaram significância ($p\text{-value} > 0,05$).

De outra maneira, no modelo 12 as variáveis “Faixa Etária” e “Naturalidade” foram as mais significativas, com valor de significância alto, $p\text{-value} < 0,05$ e resultado do teste R quadrado igual a 0,6896026.

Os modelos 13 e 14 tiveram significância das variáveis “Naturalidade” e “Ocupação”. O modelo 16 teve as variáveis “Faixa etária”, “Naturalidade” e “Ocupação” como as mais significantes ($p\text{-value} < 0,05$). O teste de *Nagelkerke R-Square* demonstrou que esses modelos preveem cerca de 0,68 das variabilidades da variável resposta.

O modelo 17 teve as variáveis “Naturalidade” e “Ocupação” e o modelo 18 teve as variáveis “Faixa etária” e “Naturalidade” como mais significantes ($p\text{-value} < 0,05$), em que os modelos explicam cerca de 0,76 das variações nas variáveis respostas (teste *Nagelkerke R-Square*). As demais variáveis não apresentaram significância ($p\text{-value} > 0,05$).

Tabela 11 - Resultado do teste Wald para significância das variáveis nos modelos

	Modelo 12			Modelo 13			
	LR Chisq	Df	Pr(>Chisq)	LR Chisq	Df	Pr(>Chisq)	
Faixa_Etaria	30.611	20	0.06055	22.567	20	0.310569	
Naturalidade	25.071	16	0.06859	36.974	16	0.002115	**
Escolaridade	15.862	16	0.46261	19.816	16	0.228631	
Ocupacao	41.965	32	0.11177	43.876	32	0.078714	.
Tempo	10.005	8	0.26470	4.735	8	0.785494	
	Modelo 14			Modelo 15			
	LR Chisq	Df	Pr(>Chisq)	LR Chisq	Df	Pr(>Chisq)	
Faixa_Etaria	28.201	20	0.10472	178.372	20	0.5981	
Naturalidade	28.004	16	0.03158	108.136	16	0.8208	*
Escolaridade	21.549	16	0.15835	95.822	16	0.8875	
Ocupacao	44.344	32	0.07201	257.164	32	0.7760	.
Tempo	7.348	8	0.49955	29.125	8	0.9397	
	Modelo 16			Modelo 17			
	LR Chisq	Df	Pr(>Chisq)	LR Chisq	Df	Pr(>Chisq)	
Faixa_Etaria	28.641	20	0.095075	21.762	20	0.353557	
Naturalidade	27.558	16	0.035678	31.585	16	0.011319	*
Escolaridade	7.214	16	0.968922	17.750	16	0.338750	
Ocupacao	57.276	32	0.003939	59.905	32	0.001997	**
Tempo	10.342	8	0.241808	10.344	8	0.241699	
	Modelo 18						
	LR Chisq	Df	Pr(>Chisq)				
Faixa_Etaria	39.117	20	0.006448	**			
Naturalidade	27.138	16	0.039975	*			
Escolaridade	17.258	16	0.369066				
Ocupacao	30.340	32	0.550665				
Tempo	6.776	8	0.560981				
Signif. codes: 0 ‘***’ 0.001 ‘**’ 0.01 ‘*’ 0.05 ‘.’ 0.1 ‘ ’ 1							

Para o conjunto de modelos de 19 a 24, verifica-se a partir do teste anova de Wald que no modelo 19 não se obteve significância das variáveis ($p\text{-value} > 0,05$).

Nos modelos 20, 21 e 23 há significância apenas da variável regressora “Naturalidade”. No modelo 22 destacam-se as variáveis “Faixa etária” e “Naturalidade”. No modelo 24 sobressaem-se as variáveis “Naturalidade” e “Ocupação”, com $p\text{-value} < 0,05$, as demais não apresentaram nível razoável de significância.

Quanto a capacidade de previsão dos modelos o teste *Nagelkerke R-Square* demonstrou resultado entre 0,6264482 e 0,6358339 para os modelos 20 a 23. Esse resultado foi maior para o modelo 24, igual a 0,6804889.

Tabela 12 - Resultado do teste Wald para significância das variáveis nos modelos

	Modelo 19			Modelo 20			
	LR Chisq	Df	Pr(>Chisq)	LR Chisq	Df	Pr(>Chisq)	
Faixa_Etaria	9.326	20	0.9788	11.031	20	0.94541	
Naturalidade	22.893	16	0.1166	30.977	16	0.01355	*
Escolaridade	12.704	16	0.6942	9.029	16	0.91223	
Ocupacao	31.982	32	0.4677	41.753	32	0.11605	
Tempo	3.833	8	0.8719	6.897	8	0.54774	
	Modelo 21			Modelo 22			
	LR Chisq	Df	Pr(>Chisq)	LR Chisq	Df	Pr(>Chisq)	
Faixa_Etaria	21.482	20	0.36924	32.466	20	0.03858	*
Naturalidade	30.961	16	0.01361	24.429	16	0.08054	.
Escolaridade	13.541	16	0.63284	21.513	16	0.15962	
Ocupacao	38.349	32	0.20364	29.853	32	0.57564	
Tempo	5.165	8	0.73981	6.344	8	0.60872	
	Modelo 23			Modelo 24			
	LR Chisq	Df	Pr(>Chisq)	LR Chisq	Df	Pr(>Chisq)	
Faixa_Etaria	16.974	20	0.6546	27.404	20	0.124270	
Naturalidade	27.220	16	0.0391	33.659	16	0.006037	**
Escolaridade	10.254	16	0.8530	10.616	16	0.832572	
Ocupacao	38.902	32	0.1868	42.949	32	0.093566	.
Tempo	5.272	8	0.7282	5.820	8	0.667431	
Signif. codes: 0 '***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1							

O teste anova de Wald para os modelos 25 a 30 demonstrou não haver significância das variáveis regressoras nos modelos 26 e 30 ($p\text{-value} > 0,05$).

No modelo 25 houve maior significância das variáveis “Faixa etária” e “Naturalidade”. Para o modelo 27 a variável “Faixa etária” foi mais significativa, enquanto no modelo 28,

a variável “Ocupação” apresentou melhor valor. Por fim, no modelo 29, houve presença das variáveis “Faixa Etária” e “Naturalidade” com $p\text{-value} < 0,05$.

O resultado do teste *Nagelkerke R-Square* para o modelo 25 foi igual a 0,6598443, modelo 27 igual a 0,708627, modelo 28 igual a 0,6440505, por fim, para o modelo 29 foi igual a 0,6568629.

Tabela 13 - Resultado do teste Wald para significância das variáveis nos modelos

	Modelo 25				Modelo 26			
	LR Chisq	Df	Pr(>Chisq)		LR Chisq	Df	Pr(>Chisq)	
Faixa_Etaria	31.892	20	0.04446	*	18.400	20	0.5611	
Naturalidade	30.777	16	0.01437	*	14.430	16	0.5667	
Escolaridade	20.255	16	0.20897		16.193	16	0.4396	
Ocupacao	30.830	32	0.52566		36.699	32	0.2600	
Tempo	13.533	8	0.09478	.	6.712	8	0.5680	
	Modelo 27				Modelo 28			
	LR Chisq	Df	Pr(>Chisq)		LR Chisq	Df	Pr(>Chisq)	
Faixa_Etaria	32.864	20	0.03492	*	22.146	20	0.33262	
Naturalidade	19.501	16	0.24352		16.995	16	0.38590	
Escolaridade	9.894	16	0.87209		6.213	16	0.98563	
Ocupacao	42.570	32	0.10026		49.908	32	0.02275	*
Tempo	9.990	8	0.26570		6.633	8	0.57669	
	Modelo 29				Modelo 30			
	LR Chisq	Df	Pr(>Chisq)		LR Chisq	Df	Pr(>Chisq)	
Faixa_Etaria	32.471	20	0.038528	*	19.813	20	0.4697	
Naturalidade	36.138	16	0.002768	**	17.201	16	0.3727	
Escolaridade	19.392	16	0.248867		11.340	16	0.7880	
Ocupacao	39.074	32	0.181837		35.652	32	0.3005	
Tempo	10.469	8	0.233653		4.507	8	0.8088	

Signif. codes: 0 ‘***’ 0.001 ‘**’ 0.01 ‘*’ 0.05 ‘.’ 0.1 ‘ ’ 1

5.4. Escolha dos Modelos

Apresenta-se os 21 modelos econométricos que obtiverem resultados satisfatórios nos testes de significância para aplicação de regressão logística Multinomial, os quais foram ajustados conforme os testes realizados de VIF, *Nagelkerke R-Square* e Wald:

Tabela 14 - Resumo dos modelos ajustados

#	Modelo	Seção	Descrição	Estrutura
1	M1	1	Modelo com 1 variável	Y ~ Ocupação
2	M2	1	Modelo com 1 variável	Y ~ Naturalidade
3	M4	1	Modelo com 2 variáveis	Y ~ Naturalidade + Ocupação
4	M7	1	Modelo com 3 variáveis	Y ~ Faixa Etária + Naturalidade + Ocupação
5	M9	2	Modelo com 1 variável	Y ~ Tempo

6	M10	2	Modelo com 2 variáveis	Y ~ Escolaridade + Ocupação
7	M12	3	Modelo com 2 variáveis	Y ~ Faixa Etária + Naturalidade
8	M13	3	Modelo com 2 variáveis	Y ~ Naturalidade + Ocupação
9	M14	3	Modelo com 2 variáveis	Y ~ Naturalidade + Ocupação
10	M16	3	Modelo com 3 variáveis	Y ~ Faixa Etária + Naturalidade + Ocupação
11	M17	3	Modelo com 2 variáveis	Y ~ Naturalidade + Ocupação
12	M18	3	Modelo com 2 variáveis	Y ~ Faixa Etária + Naturalidade
13	M20	4	Modelo com 1 variável	Y ~ Naturalidade
14	M21	4	Modelo com 1 variável	Y ~ Naturalidade
15	M22	4	Modelo com 1 variável	Y ~ Faixa Etária
16	M23	4	Modelo com 1 variável	Y ~ Naturalidade
17	M24	4	Modelo com 1 variável	Y ~ Naturalidade
18	M25	5	Modelo com 2 variáveis	Y ~ Faixa Etária + Naturalidade
19	M27	5	Modelo com 1 variável	Y ~ Faixa Etária
20	M28	5	Modelo com 1 variável	Y ~ Ocupação
21	M29	5	Modelo com 2 variáveis	Y ~ Faixa Etária + Naturalidade

A partir dos testes estatísticos realizados corrobora-se a conclusão de que os modelos construídos a partir das variáveis independentes descritos na tabela 16 são adequados para a análise dos dados.

5.5. Resultados das Regressões Logísticas Multinomiais

No primeiro modelo logístico multinomial, a maior parte das covariáveis (categorias) da variável ocupação, influenciaram positivamente os interceptos “discordo” e “não concordo nem discordo”. O intercepto “concordo fortemente” recebeu influência positiva apenas da covariável assistente de contabilidade. Esses resultados sugerem que para os indivíduos entrevistados não é possível opinar se o Relato Integrado é uma tentativa de atender às necessidades sociais (pergunta 1).

Tabela 15 - Resultado da regressão 1

Characteristic	log(OR) ¹	95% CI ¹	p-value
Concordo Fortemente			
Ocupacao			
Administrador	—	—	
Assistente de Contabilidade	-7.0	-7.0, -7.0	<0.001
Discordo			
Ocupacao			
Administrador	—	—	
Assistente de Contabilidade	-5.4	-5.4, -5.4	<0.001
Assistente em Administração	-27	-27, -27	<0.001
Auditor	-27	-27, -27	<0.001
Técnico de Contabilidade	-5.4	-5.4, -5.4	<0.001
Discordo Fortemente			
Ocupacao			
Administrador	—	—	
Assistente de Contabilidade	-0.37	-0.37, -0.37	<0.001
Técnico de Contabilidade	-0.37	-0.37, -0.37	<0.001
Nao discordo nem concordo			
Ocupacao			

Administrador	—	—	
Assistente de Contabilidade	56	56, 56	<0.001
Assistente em Administração	-25	-25, -25	<0.001
Auditor	-23	-23, -23	<0.001
Contador	19	17, 21	<0.001
Docente - Ciências Contábeis	20	19, 21	<0.001
Gestor	22	19, 24	<0.001
Outros	20	19, 22	<0.001
Técnico de Contabilidade	56	56, 56	<0.001
¹ OR = Odds Ratio, CI = Confidence Interval			

No segundo modelo logístico multinomial, a maioria das covariáveis (categorias) da variável naturalidade, influenciaram positivamente o intercepto “não concordo nem discordo”. Esses resultados sugerem que os indivíduos não possuem uma opinião se o Relato Integrado é uma tentativa de legitimar os processos organizacionais (pergunta 2).

Tabela 16 - Resultado da regressão 2

Characteristic	log(OR) ¹	95% CI ¹	p-value
Concordo Fortemente			
Naturalidade			
Centro-oeste	—	—	
Nordeste	-0.85	-2.0, 0.34	0.2
Norte	-49		
Sudeste	-2.7	-5.0, -0.46	0.018
Sul	-49	-49, -49	<0.001
Discordo			
Naturalidade			
Centro-oeste	—	—	
Nordeste	0.13	-2.2, 2.5	>0.9
Norte	1.0	-1.5, 3.4	0.4
Sudeste	-29		
Sul	1.4	-1.1, 3.9	0.3
Discordo Fortemente			
Naturalidade			
Centro-oeste	—	—	
Nordeste	0.45	-1,509, 1,510	>0.9
Norte	-5.9	-6.2, -5.6	<0.001
Sudeste	15	-788, 818	>0.9
Sul	-5.9	-6.1, -5.7	<0.001
Não concordo nem concordo			
Naturalidade			
Centro-oeste	—	—	
Nordeste	33	32, 34	<0.001
Norte	34	33, 35	<0.001
Sudeste	34	33, 35	<0.001
Sul	34	33, 35	<0.001
¹ OR = Odds Ratio, CI = Confidence Interval			

No quarta modelo logístico multinomial, a maioria das covariáveis (categorias) da variável naturalidade, influenciaram positivamente o intercepto “discordo fortemente”, sendo que a única covariável que influenciou o intercepto “concordo fortemente” foi a “sul”.

Similarmente, a maioria das covariáveis (categorias) da variável ocupação, influenciaram positivamente o intercepto “discordo fortemente” e “não concordo e nem concordo”. De forma que as covariáveis Assistente em Administração, Gestor e Técnico de Contabilidade foram as únicas que influenciaram o intercepto “concordo fortemente”.

Esses resultados sugerem que a amostra tende a discordar ou não ter uma opinião formada se o Relato Integrado permite que o Estado aumente a responsabilização dos administradores públicos (pergunta 4).

Tabela 17 - **Resultado da regressão 4**

Characteristic	log(OR)^l	95% CI^l	p-value
Concordo Fortemente			
Naturalidade			
Centro-oeste	—	—	
Sul	-16	-16, -16	<0.001
Ocupacao			
Administrador	—	—	
Assistente em Administração	27	25, 30	<0.001
Gestor	-18	-18, -18	<0.001
Técnico de Contabilidade	-2.6	-2.6, -2.6	<0.001
Discordo			
Ocupacao			
Administrador	—	—	
Assistente em Administração	26	24, 28	<0.001
Técnico de Contabilidade	44	44, 44	<0.001
Discordo Fortemente			
Naturalidade			
Centro-oeste	—	—	
Nordeste	22	20, 24	<0.001
Norte	23	21, 25	<0.001
Sudeste	24	22, 27	<0.001
Sul	-0.75	-0.75, -0.75	<0.001
Ocupacao			
Administrador	—	—	
Assistente de Contabilidade	0.05	0.05, 0.05	<0.001
Assistente em Administração	-0.44	-0.44, -0.44	<0.001
Auditor	-4.3	-4.3, -4.3	<0.001
Contador	-8.7	-8.7, -8.7	<0.001
Docente - Ciências Contábeis	17	16, 19	<0.001
Gestor	-7.5	-7.5, -7.5	<0.001
Outros	16	14, 18	<0.001
Técnico de Contabilidade	-1.7	-1.7, -1.7	<0.001
Nao discordo nem concordo			
Ocupacao			
Administrador	—	—	
Assistente de Contabilidade	42	42, 42	<0.001
Assistente em Administração	-9.9	-9.9, -9.9	<0.001
Auditor	18	17, 19	<0.001
Contador	17	15, 18	<0.001
Docente - Ciências Contábeis	17	16, 18	<0.001
Gestor	-10	-10, -10	<0.001
Outros	16	14, 17	<0.001
Técnico de Contabilidade	-1.9	-1.9, -1.9	<0.001

^l OR = Odds Ratio, CI = Confidence Interval

No sétimo modelo logístico multinomial, analisou-se as variáveis significativas Faixa etária, Naturalidade e Ocupação. A maior parte das covariáveis (categorias) da variável Faixa etária, influenciaram positivamente os interceptos “concordo fortemente” e “discordo”.

A maior parte das covariáveis (categorias) da variável ocupação, influenciaram positivamente o intercepto “discordo” e “discordo fortemente”. Similarmente, a maioria das covariáveis da variável Naturalidade influenciaram positivamente o intercepto “discordo”.

Esses resultados sugerem que a amostra tende a discordar que o Relato Integrado necessita de métodos inovadores que colaborem para as transformações de cunho sustentável (7).

Tabela 18 - Resultado da regressão 7

Characteristic	log(OR) ^l	95% CI ^l	p-value
Concordo Fortemente			
Faixa Etaria			
65 anos e acima	—	—	
De 25 a 34 anos	104	103, 105	<0.001
De 35 a 44 anos	102	101, 104	<0.001
De 45 a 54 anos	103	102, 104	<0.001
De 55 a 64 anos	102	101, 104	<0.001
Menos de 25 anos	-100	-100, -100	<0.001
Ocupacao			
Administrador	—	—	
Assistente de Contabilidade	-42	-42, -42	<0.001
Discordo			
Faixa Etaria			
65 anos e acima	—	—	
De 25 a 34 anos	-131	-133, -130	<0.001
De 35 a 44 anos	-268	-269, -267	<0.001
De 45 a 54 anos	-233	-235, -232	<0.001
De 55 a 64 anos	-330	-330, -330	<0.001
Menos de 25 anos	2.1	2.1, 2.1	<0.001
Naturalidade			
Centro-oeste	—	—	
Nordeste	-94	-96, -92	<0.001
Norte	138	137, 139	<0.001
Sudeste	188	187, 189	<0.001
Ocupacao			
Administrador	—	—	
Contador	-236	-236, -236	<0.001
Docente - Ciências Contábeis	-87	-88, -86	<0.001
Gestor	212	212, 212	<0.001
Outros	14	13, 16	<0.001
Técnico de Contabilidade	-161	-161, -161	<0.001
Discordo Fortemente			
Faixa Etaria			
65 anos e acima	—	—	
De 25 a 34 anos	23	23, 23	<0.001
De 45 a 54 anos	18	18, 18	<0.001

Menos de 25 anos	-6.4	-6.4, -6.4	<0.001
Naturalidade			
Centro-oeste	—	—	
Norte	11	11, 11	<0.001
Sul	12	12, 12	<0.001
Ocupacao			
Administrador	—	—	
Assistente de Contabilidade	-5.7	-5.7, -5.7	<0.001
Assistente em Administração	-48	-48, -48	<0.001
Auditor	-11	-11, -11	<0.001
Contador	-24	-24, -24	<0.001
Gestor	-48	-48, -48	<0.001
Técnico de Contabilidade	2.5	2.5, 2.5	<0.001
Nao discordo nem concordo			
Faixa Etaria			
65 anos e acima	—	—	
Menos de 25 anos	-127	-127, -127	<0.001
Ocupacao			
Administrador	—	—	
Assistente de Contabilidade	215	215, 215	<0.001
Gestor	-161	-161, -161	<0.001
Técnico de Contabilidade	-55	-55, -55	<0.001

¹ OR = Odds Ratio, CI = Confidence Interval

No nono modelo logístico multinomial, a única covariável (categorias) da variável Tempo de ocupação, influenciou positivamente algum intercepto, nesse caso, foi o intercepto “concordo fortemente” pela covariável Tempo de ocupação de 5 a 10 anos. Esses resultados sugerem que a amostra que possui tempo de ocupação de 5 a 10 anos tende a concordar que os serviços públicos são orientados ao cidadão (pergunta 9).

Tabela 19 - Resultado da regressão 9

Characteristic	log(OR) ¹	95% CI ¹	p-value
Concordo Fortemente			
Tempo			
Até 5 anos	—	—	
De 5 anos a 10 anos	-18	-18, -18	<0.001
Superior a 10 anos	-14	-434, 406	>0.9
Discordo			
Tempo			
Até 5 anos	—	—	
De 5 anos a 10 anos	-1.4	-3.8, 1.0	0.2
Superior a 10 anos	-1.3	-3.6, 1.1	0.3
Discordo Fortemente			
Tempo			
Até 5 anos	—	—	
De 5 anos a 10 anos	4.5	-69, 78	>0.9
Superior a 10 anos	5.3	-68, 79	0.9
Nao discordo nem concordo			
Tempo			
Até 5 anos	—	—	
De 5 anos a 10 anos	-3.6	-6.2, -1.0	0.006
Superior a 10 anos	-2.1	-4.3, 0.12	0.064

¹ OR = Odds Ratio, CI = Confidence Interval

No décimo modelo logístico multinomial, a maioria das covariáveis (categorias) da variável Escolaridade, influenciaram positivamente o intercepto “discordo fortemente”, seguido dos interceptos “concordo fortemente” e “não concordo nem discordo”.

A maioria das covariáveis da variável Ocupação influenciaram os interceptos “concordo fortemente” e “discordo fortemente”. Esses resultados sugerem que indivíduos de escolaridade “graduação incompleta” e “médio completo” tendem a concordar fortemente, enquanto indivíduos com escolaridade “graduação completa” ou pós-graduação completa ou incompleta tendem a discordar fortemente que a administração pública federal possui capacidade de implantação de ferramentas de planejamento, execução e controle (pergunta 10).

Tabela 20 - Resultado da regressão 10

Characteristic	log(OR) ^f	95% CI ^f	p-value
Concordo Fortemente			
Escolaridade			
graduação Completa	—	—	
graduação Incompleta	-4.1	-4.1, -4.1	<0.001
Médio Completo	-5.1	-5.1, -5.1	<0.001
Ocupacao			
Administrador	—	—	
Assistente de Contabilidade	-4.1	-4.1, -4.1	<0.001
Assistente em Administração	-4.5	-4.5, -4.5	<0.001
Auditor	-7.1	-7.1, -7.1	<0.001
Contador	23	21, 24	<0.001
Docente - Ciências Contábeis	21	20, 23	<0.001
Gestor	-10	-10, -10	<0.001
Outros	23	21, 24	<0.001
Técnico de Contabilidade	-12	-12, -12	<0.001
Discordo			
Escolaridade			
graduação Completa	—	—	
graduação Incompleta	19	19, 19	<0.001
Ocupacao			
Administrador	—	—	
Assistente de Contabilidade	-17	-17, -17	<0.001
Assistente em Administração	-17	-17, -17	<0.001
Gestor	-33	-33, -33	<0.001
Técnico de Contabilidade	-26	-26, -26	<0.001
Discordo Fortemente			
Escolaridade			
graduação Completa	—	—	
graduação Incompleta	-0.23	-0.23, -0.23	<0.001
Médio Completo	-0.39	-0.39, -0.39	<0.001
Pós graduação Completa	12	10, 13	<0.001
Pós graduação Incompleta	13	12, 15	<0.001
Ocupacao			
Administrador	—	—	
Assistente de Contabilidade	-5.2	-5.2, -5.2	<0.001
Assistente em Administração	-5.6	-5.6, -5.6	<0.001
Auditor	20	19, 21	<0.001
Contador	20	18, 21	<0.001

Docente - Ciências Contábeis	20	19, 21	<0.001
Gestor	-9.3	-9.3, -9.3	<0.001
Outros	-11	-11, -11	<0.001
Técnico de Contabilidade	-12	-12, -12	<0.001
Nao discordo nem concordo			
Escolaridade			
graduação Completa	—	—	
graduação Incompleta	-5.1	-5.1, -5.1	<0.001
Médio Completo	36	36, 36	<0.001
Ocupacao			
Administrador	—	—	
Assistente de Contabilidade	-19	-19, -19	<0.001
Técnico de Contabilidade	-20	-20, -20	<0.001
¹ OR = Odds Ratio, CI = Confidence Interval			

No décimo segundo modelo logístico multinomial, a maioria das covariáveis (categorias) da variável Faixa etária, influenciaram positivamente os interceptos “concordo fortemente”, “discordo” e “não concordo e nem discordo”.

Indivíduos da Região Norte tendem a “discordar fortemente” e o indivíduos da Região Sul tendem a “concordar fortemente” que Relato Integrado contribui para a eficiência, eficácia e efetividade da gestão contábil pública (pergunta 12).

Tabela 21 - Resultado da regressão 12

Characteristic	log(OR) ¹	95% CI ¹	p-value
Concordo Fortemente			
Faixa Etaria			
65 anos e acima	—	—	
De 25 a 34 anos	15	14, 17	<0.001
De 35 a 44 anos	15	14, 16	<0.001
De 45 a 54 anos	15	14, 17	<0.001
De 55 a 64 anos	14	13, 15	<0.001
Menos de 25 anos	-17	-17, -17	<0.001
Naturalidade			
Centro-oeste	—	—	
Sul	-32	-32, -32	<0.001
Discordo			
Faixa Etaria			
65 anos e acima	—	—	
De 25 a 34 anos	-44	-44, -44	<0.001
De 35 a 44 anos	-26	-27, -24	<0.001
De 45 a 54 anos	-25	-27, -23	<0.001
De 55 a 64 anos	-26	-28, -24	<0.001
Menos de 25 anos	-43	-43, -43	<0.001
Discordo Fortemente			
Naturalidade			
Centro-oeste	—	—	
Norte	-21	-21, -21	<0.001
Nao discordo nem concordo			
Faixa Etaria			
65 anos e acima	—	—	
De 25 a 34 anos	-24	-26, -23	<0.001

De 35 a 44 anos	-25	-27, -24	<0.001
De 45 a 54 anos	-25	-26, -23	<0.001
De 55 a 64 anos	-27	-29, -25	<0.001
Menos de 25 anos	-50	-50, -50	<0.001
¹ OR = Odds Ratio, CI = Confidence Interval			

No décimo terceiro modelo logístico multinomial, a maioria das covariáveis (categorias) da variável Ocupação, influenciaram positivamente os interceptos “discordo fortemente”, seguido de “concordo fortemente”. Indivíduos da Região Norte e Sudeste tendem a “concordar fortemente” que o Relato Integrado contribui para que os serviços públicos sejam orientados ao cidadão (pergunta 13).

Tabela 22 - Resultado da regressão 13

Characteristic	log(OR) ¹	95% CI ¹	p-value
Concordo Fortemente			
Naturalidade			
Centro-oeste	—	—	
Norte	-51	-51, -51	<0.001
Sudeste	-32	-32, -32	<0.001
Sul	-37		
Ocupacao			
Administrador	—	—	
Assistente em Administração	36	36, 36	<0.001
Auditor	13	11, 15	<0.001
Contador	15	14, 17	<0.001
Docente - Ciências Contábeis	15	14, 16	<0.001
Gestor	-10	-10, -10	<0.001
Outros	15	13, 16	<0.001
Técnico de Contabilidade	-0.39	-0.39, -0.39	<0.001
Discordo			
Naturalidade			
Centro-oeste	—	—	
Sudeste	-36	-36, -36	<0.001
Ocupacao			
Administrador	—	—	
Assistente de Contabilidade	-3.7	-3.7, -3.7	<0.001
Assistente em Administração	-27		
Auditor	14	13, 15	<0.001
Contador	12	10, 14	<0.001
Docente - Ciências Contábeis	14	13, 15	<0.001
Gestor	15	12, 17	<0.001
Outros	13	12, 14	<0.001
Técnico de Contabilidade	74	74, 74	<0.001
Discordo Fortemente			
Ocupacao			
Administrador	—	—	
Assistente de Contabilidade	0.08	0.08, 0.08	<0.001
Assistente em Administração	-5.6	-5.6, -5.6	<0.001
Auditor	15	13, 17	<0.001
Contador	-6.0	-6.0, -6.0	<0.001
Docente - Ciências Contábeis	18	16, 20	<0.001
Gestor	-15	-15, -15	<0.001
Outros	16	14, 18	<0.001

Técnico de Contabilidade	-2.5	-2.5, -2.5	<0.001
Nao discordo nem concordo			
Ocupacao			
Administrador	—	—	
Assistente de Contabilidade	31	31, 31	<0.001
Assistente em Administração	-35	-35, -35	<0.001
Gestor	-33	-33, -33	<0.001
Técnico de Contabilidade	-11	-11, -11	<0.001
^l OR = Odds Ratio, CI = Confidence Interval			

No décimo quarto modelo logístico multinomial, a maioria das covariáveis (categorias) da variável Ocupação, influenciaram positivamente o intercepto “concordo fortemente”. E, enquanto indivíduos da Região Sul tendem a “concordar fortemente”, indivíduos das Regiões Norte e Sudeste tendem a “discordar fortemente” que o Relato Integrado contribui para a manutenção do movimento de sustentabilidade financeira (pergunta 14).

Tabela 23 - Resultado da regressão 14

Characteristic	log(OR) ^l	95% CI ^l	p-value
Concordo Fortemente			
Naturalidade			
Centro-oeste	—	—	
Sul	-40	-40, -40	<0.001
Ocupacao			
Assistente de Contabilidade	-1.4	-1.4, -1.4	<0.001
Auditor	-7.7	-7.7, -7.7	<0.001
Contador	14	12, 15	<0.001
Docente - Ciências Contábeis	13	12, 14	<0.001
Gestor	-14	-14, -14	<0.001
Outros	13	12, 14	<0.001
Técnico de Contabilidade	-1.6	-1.6, -1.6	<0.001
Discordo			
Ocupacao			
Administrador	—	—	
Assistente de Contabilidade	-3.4	-3.4, -3.4	<0.001
Auditor	28	27, 29	<0.001
Contador	27	26, 29	<0.001
Docente - Ciências Contábeis	26	24, 27	<0.001
Outros	27	26, 28	<0.001
Técnico de Contabilidade	-14	-14, -14	<0.001
Discordo Fortemente			
Naturalidade			
Centro-oeste	—	—	
Norte	-24	-24, -24	<0.001
Sudeste	46	46, 46	<0.001
Ocupacao			
Administrador	—	—	
Assistente de Contabilidade	0.79	0.79, 0.79	<0.001
Assistente em Administração	2.1	2.1, 2.1	<0.001
Gestor	-37	-37, -37	<0.001
Outros	-20	-21, -19	<0.001
Técnico de Contabilidade	-12	-12, -12	<0.001
Nao discordo nem concordo			
Ocupacao			

Administrador	—	—	
Assistente de Contabilidade	32	32, 32	<0.001
Assistente em Administração	35	35, 35	<0.001
Gestor	-73	-73, -73	<0.001
Técnico de Contabilidade	-38	-38, -38	<0.001
^l OR = Odds Ratio, CI = Confidence Interval			

No décimo sexto modelo logístico multinomial, a maioria das covariáveis (categorias) da variável Ocupação, influenciaram positivamente o intercepto “discordo fortemente”, seguido de “concordo fortemente”. E, a maioria das covariáveis (categorias) da variável Faixa etária, influenciaram positivamente os interceptos “concordo fortemente”, “discordo fortemente” e “não concordo nem discordo”. Isso sugere que a variável ocupação tende a ter maior influência sobre a percepção dos indivíduos quanto a contribuição do Relato Integrado na mensuração das ações do Estado na sociedade e no ambiente externo (pergunta 16).

Tabela 24 - Resultado da regressão 16

Characteristic	log(OR) ^l	95% CI ^l	p-value
Concordo Fortemente			
Faixa Etaria			
65 anos e acima	—	—	
De 25 a 34 anos	22	20, 24	<0.001
De 35 a 44 anos	22	20, 23	<0.001
De 45 a 54 anos	25	23, 27	<0.001
De 55 a 64 anos	24	22, 25	<0.001
Menos de 25 anos	-7.4	-7.4, -7.4	<0.001
Ocupacao			
Administrador	—	—	
Assistente em Administração	36	33, 39	<0.001
Auditor	31	29, 33	<0.001
Contador	33	32, 35	<0.001
Docente - Ciências Contábeis	32	30, 33	<0.001
Gestor	-17	-17, -17	<0.001
Outros	34	32, 35	<0.001
Técnico de Contabilidade	-0.50	-0.50, -0.50	<0.001
Discordo			
Faixa Etaria			
65 anos e acima	—	—	
Menos de 25 anos	47	47, 47	<0.001
Ocupacao			
Administrador	—	—	
Assistente de Contabilidade	-5.6		
Assistente em Administração	-25	-25, -25	<0.001
Auditor	24	22, 25	<0.001
Contador	22	20, 24	<0.001
Docente - Ciências Contábeis	23	22, 25	<0.001
Gestor	50	50, 50	<0.001
Outros	24	23, 25	<0.001
Técnico de Contabilidade	-0.51		
Discordo Fortemente			
Faixa Etaria			
65 anos e acima	—	—	

De 25 a 34 anos	13	10, 15	<0.001
De 35 a 44 anos	12	11, 14	<0.001
De 45 a 54 anos	-11	-11, -11	<0.001
De 55 a 64 anos	13	11, 14	<0.001
Menos de 25 anos	-0.67	-0.67, -0.67	<0.001
Naturalidade			
Centro-oeste			
Norte	—	—	<0.001
Ocupacao			
Administrador	—	—	
Assistente de Contabilidade	-0.48	-0.48, -0.48	<0.001
Assistente em Administração	-2.1	-2.1, -2.1	<0.001
Auditor	19	17, 22	<0.001
Contador	21	18, 23	<0.001
Docente - Ciências Contábeis	22	20, 24	<0.001
Gestor	-8.2	-8.2, -8.2	<0.001
Outros	-5.1	-5.1, -5.1	<0.001
Técnico de Contabilidade	-2.3	-2.3, -2.3	<0.001
Nao discordo nem concordo			
Faixa Etaria			
65 anos e acima	—	—	
De 25 a 34 anos	31	30, 32	<0.001
De 35 a 44 anos	30	29, 31	<0.001
De 45 a 54 anos	32	31, 33	<0.001
De 55 a 64 anos	31	30, 32	<0.001
Menos de 25 anos	-7.8	-7.8, -7.8	<0.001
Ocupacao			
Administrador	—	—	
Assistente de Contabilidade	56	56, 56	<0.001
Assistente em Administração	-25	-25, -25	<0.001
Gestor	-37	-37, -37	<0.001
Técnico de Contabilidade	51	51, 51	<0.001

¹ OR = Odds Ratio, CI = Confidence Interval

No décimo sétimo modelo logístico multinomial, a maioria das covariáveis (categorias) da variável Ocupação, influenciaram positivamente o intercepto “discordo”, seguido de “não concordo nem discordo” e “concordo fortemente”.

A maioria das covariáveis (categorias) da variável Naturalidade, influenciaram positivamente os interceptos “discordo fortemente” e “não concordo nem discordo”. Isso sugere que a amostra tende a discordar ou não ter opinião formada sobre se o Relato Integrado contribui para a transparência da prestação de contas públicas (pergunta 17).

Tabela 25 - Resultado da regressão 17

Characteristic	log(OR) ¹	95% CI ¹	p-value
Concordo Fortemente			
Ocupacao			
Administrador	—	—	
Assistente de Contabilidade	-7.8	-7.8, -7.8	<0.001
Assistente em Administração	22	19, 24	<0.001
Auditor	20	19, 21	<0.001

Contador	21	20, 22	<0.001
Docente - Ciências Contábeis	20	19, 21	<0.001
Gestor	-16	-16, -16	<0.001
Outros	23	22, 24	<0.001
Discordo			
Naturalidade			
Centro-oeste	—	—	
Nordeste	23	21, 24	<0.001
Norte	24	23, 26	<0.001
Sudeste	23	21, 25	<0.001
Sul	-20	-20, -20	<0.001
Ocupacao			
Administrador	—	—	
Assistente de Contabilidade	-1.2	-1.2, -1.2	<0.001
Assistente em Administração	-15	-15, -15	<0.001
Auditor	19	17, 20	<0.001
Contador	-21	-21, -21	<0.001
Docente - Ciências Contábeis	19	18, 20	<0.001
Gestor	-10	-10, -10	<0.001
Outros	20	19, 21	<0.001
Técnico de Contabilidade	-3.9	-3.9, -3.9	<0.001
Discordo Fortemente			
Naturalidade			
Centro-oeste	—	—	
Norte	-21	-21, -21	<0.001
Sul	-5.2	-5.2, -5.2	<0.001
Ocupacao			
Administrador	—	—	
Assistente de Contabilidade	0.34	0.34, 0.34	<0.001
Assistente em Administração	-0.24	-0.24, -0.24	<0.001
Auditor	-6.7	-9.0, -4.4	<0.001
Contador	-8.8	-9.0, -8.6	<0.001
Gestor	-8.9	-8.9, -8.8	<0.001
Técnico de Contabilidade	-3.1	-3.1, -3.1	<0.001
Nao discordo nem concordo			
Naturalidade			
Centro-oeste	—	—	
Nordeste	19	18, 20	<0.001
Norte	19	18, 21	<0.001
Sudeste	-0.85	-0.85, -0.85	<0.001
Sul	18	16, 19	<0.001
Ocupacao			
Administrador	—	—	
Assistente de Contabilidade	35	35, 35	<0.001
Assistente em Administração	-21	-21, -21	<0.001
Auditor	19	17, 20	<0.001
Contador	18	17, 20	<0.001
Docente - Ciências Contábeis	17	16, 19	<0.001
Gestor	-21	-21, -21	<0.001
Outros	19	17, 20	<0.001
Técnico de Contabilidade	66	66, 66	<0.001

¹ OR = Odds Ratio, CI = Confidence Interval

No décimo oitavo modelo logístico multinomial, a maioria das covariáveis (categorias) da variável Faixa etária, influenciaram positivamente o intercepto “concordo fortemente” e “discordo fortemente”.

A maioria das covariáveis (categorias) da variável Naturalidade, influenciaram positivamente o intercepto “discordo fortemente”. Isso sugere que, exceto pelos indivíduos da Região Sul, a amostra tende a discordar que o Relato Integrado contribui para atender as necessidades de informações dos *stakeholders* sobre a criação de valor social, ambiental e econômico (pergunta 18).

Tabela 26 - Resultado da regressão 18

Characteristic	log(OR) ¹	95% CI ¹	p-value
Concordo Fortemente			
Faixa Etaria			
65 anos e acima	—	—	
De 25 a 34 anos	14	12, 16	<0.001
De 35 a 44 anos	14	13, 15	<0.001
De 45 a 54 anos	16	15, 18	<0.001
De 55 a 64 anos	16	14, 17	<0.001
Menos de 25 anos	-14	-14, -14	<0.001
Naturalidade			
Centro-oeste	—	—	
Sul	-42	-42, -42	<0.001
Discordo			
Faixa Etaria			
65 anos e acima	—	—	
De 25 a 34 anos	11	10.0, 13	<0.001
De 35 a 44 anos	11	10, 12	<0.001
De 45 a 54 anos	13	12, 14	<0.001
De 55 a 64 anos	11	9.4, 13	<0.001
Menos de 25 anos	-14	-14, -14	<0.001
Discordo Fortemente			
Faixa Etaria			
65 anos e acima	—	—	
De 35 a 44 anos	-37	-37, -37	<0.001
De 45 a 54 anos	-46	-46, -46	<0.001
Menos de 25 anos	-49		
Naturalidade			
Centro-oeste	—	—	
Nordeste	14	13, 15	<0.001
Norte	-2.3	-2.3, -2.3	<0.001
Sudeste	14	12, 16	<0.001
Sul	14	12, 16	<0.001
Nao discordo nem concordo			
Faixa Etaria			
65 anos e acima	—	—	
Menos de 25 anos	-41	-41, -41	<0.001
Naturalidade			
Centro-oeste	—	—	
Sul	-40	-40, -40	<0.001

¹ OR = Odds Ratio, CI = Confidence Interval

No vigésimo modelo logístico multinomial a maioria das covariáveis (categorias) da variável Naturalidade, influenciaram positivamente o intercepto “discordo fortemente”. Isso sugere que, exceto pelos indivíduos da Região Sudeste, a amostra tende a discordar que o Relato Integrado contribui para a materialidade das informações contábeis (pergunta 20).

Tabela 27 - Resultado da regressão 20

Characteristic	log(OR) ¹	95% CI ¹	p-value
Concordo Fortemente			
Naturalidade			
Centro-oeste	—	—	
Sudeste	-18	-18, -18	<0.001
Discordo			
Naturalidade			
Centro-oeste	—	—	
Nordeste	17	16, 18	<0.001
Norte	18	17, 19	<0.001
Sudeste	17	16, 18	<0.001
Sul	18	17, 20	<0.001
Discordo Fortemente			
Naturalidade			
Centro-oeste	—	—	
Norte	-18	-18, -18	<0.001
Sudeste	-19	-19, -19	<0.001
Não discordo nem concordo			
¹ OR = Odds Ratio, CI = Confidence Interval			

No vigésimo primeiro modelo logístico multinomial a maioria das covariáveis (categorias) da variável Naturalidade, influenciaram positivamente o intercepto “discordo fortemente”, seguido de “concordo fortemente”. “Isso sugere que, exceto pelos indivíduos da Região Sudeste e Sul, a amostra tende a discordar que o Relato Integrado contribui para a confiabilidade das informações contábeis (pergunta 21).

Tabela 28 - Resultado da regressão

Characteristic	log(OR) ¹	95% CI ¹	p-value
Concordo Fortemente			
Naturalidade			
Centro-oeste	—	—	
Nordeste	-0.42	-1.8, 1.0	0.6
Norte	-1.3	-3.7, 1.1	0.3
Sudeste	-20	-20, -20	<0.001
Sul	-18	-18, -18	<0.001
Discordo			
Naturalidade			
Centro-oeste	—	—	
Nordeste	0.34	-1.5, 2.2	0.7
Norte	1.0	-1.0, 3.0	0.3
Sudeste	0.00	-2.0, 2.0	>0.9
Sul	1.4	-0.84, 3.6	0.2
Discordo Fortemente			
Naturalidade			
Centro-oeste	—	—	

Nordeste	-17	-17, -17	<0.001
Norte	-15	-15, -15	<0.001
Sudeste	-15	-15, -15	<0.001
Sul	1.0	-2.1, 4.1	0.5
Nao discordo nem concordo			
Naturalidade			
Centro-oeste	—	—	
Nordeste	2.1	-0.11, 4.3	0.062
Norte	1.9	-0.50, 4.3	0.12
Sudeste	1.4	-0.91, 3.7	0.2
Sul	2.4	-0.19, 4.9	0.070
¹ OR = Odds Ratio, CI = Confidence Interval			

No vigésimo segundo modelo logístico multinomial a maioria das covariáveis (categorias) da variável Faixa etária, influenciaram positivamente o intercepto “discordo fortemente”. Isso sugere que a amostra tende a discordar que o Relato Integrado contribui para a conectividade das informações contábeis (pergunta 22).

Tabela 29 - Resultado da regressão 22

Characteristic	log(OR) ¹	95% CI ¹	p-value
Concordo Fortemente			
Faixa Etaria			
65 anos e acima	—	—	
De 25 a 34 anos	1.8	0.00, 3.5	0.049
De 35 a 44 anos	2.2	1.1, 3.3	<0.001
De 45 a 54 anos	2.4	1.2, 3.6	<0.001
De 55 a 64 anos	1.8	0.49, 3.2	0.008
Menos de 25 anos	-1.6	-1.6, -1.6	<0.001
Discordo			
Faixa Etaria			
65 anos e acima	—	—	
De 25 a 34 anos	-1.1	-273, 271	>0.9
De 35 a 44 anos	-0.43	-273, 272	>0.9
De 45 a 54 anos	-0.22	-272, 272	>0.9
De 55 a 64 anos	-0.65	-273, 271	>0.9
Menos de 25 anos	22	-1,281, 1,325	>0.9
Discordo Fortemente			
Faixa Etaria			
65 anos e acima	—	—	
De 25 a 34 anos	4.3	2.6, 6.0	<0.001
De 35 a 44 anos	4.1	2.8, 5.4	<0.001
De 45 a 54 anos	-13	-13, -13	<0.001
De 55 a 64 anos	3.7	2.0, 5.3	<0.001
Menos de 25 anos	-0.93	-0.93, -0.93	<0.001
Nao discordo nem concordo			
Faixa Etaria			
65 anos e acima	—	—	
De 25 a 34 anos	-17	-304, 271	>0.9
De 35 a 44 anos	-17	-305, 271	>0.9
De 45 a 54 anos	-17	-305, 270	>0.9
De 55 a 64 anos	-17	-305, 270	>0.9
Menos de 25 anos	-9.8	-1,312, 1,292	>0.9
¹ OR = Odds Ratio, CI = Confidence Interval			

No vigésimo terceiro modelo logístico multinomial a covariável (categoria) Região Norte da variável Naturalidade influenciou positivamente o intercepto “discordo fortemente”. Isso sugere que indivíduos da Região Norte tendem a discordar que o Relato Integrado contribui para a coerência das informações contábeis (pergunta 23).

Tabela 30 - Resultado da regressão 23

Characteristic	log(OR) ¹	95% CI ¹	p-value
Concordo Fortemente			
Naturalidade			
Centro-oeste	—	—	
Nordeste	-1.2	-2.8, 0.42	0.15
Norte	0.00	-2.1, 2.1	>0.9
Sudeste	-1.9	-4.2, 0.49	0.12
Sul	-15	-3,004, 2,973	>0.9
Discordo			
Naturalidade			
Centro-oeste	—	—	
Nordeste	0.61	-1.6, 2.9	0.6
Norte	2.1	-0.42, 4.6	0.10
Sudeste	0.61	-1.8, 3.0	0.6
Sul	1.4	-1.3, 4.1	0.3
Discordo Fortemente			
Naturalidade			
Centro-oeste	—	—	
Nordeste	-1.9	-4.4, 0.66	0.15
Norte	-15	-15, -15	<0.001
Sudeste	-16	-2,692, 2,661	>0.9
Sul	0.00	-2.7, 2.7	>0.9
Não discordo nem concordo			
Naturalidade			
Centro-oeste	—	—	
Nordeste	0.43	-1.3, 2.1	0.6
Norte	1.8	-0.21, 3.8	0.079
Sudeste	0.21	-1.7, 2.1	0.8
Sul	1.4	-0.69, 3.5	0.2

¹ OR = Odds Ratio, CI = Confidence Interval

No vigésimo quarto modelo logístico multinomial a covariável (categoria) Região Sul da variável Naturalidade influenciou positivamente o intercepto “concordo fortemente”. Isso sugere que indivíduos da Região Sul tendem a concordar que o Relato Integrado contribui para a comparabilidade das informações contábeis (pergunta 24).

Tabela 31 - Resultado da regressão 24

Characteristic	log(OR) ¹	95% CI ¹	p-value
Concordo Fortemente			
Naturalidade			
Centro-oeste	—	—	
Nordeste	-0.76	-2.2, 0.67	0.3
Norte	-1.5	-3.9, 1.0	0.2

Sudeste	-16	-1,509, 1,478	>0.9
Sul	-16	-16, -16	<0.001
Discordo			
Naturalidade			
Centro-oeste	—	—	
Nordeste	1.1	-1.1, 3.3	0.3
Norte	1.8	-0.64, 4.2	0.2
Sudeste	0.00	-2.6, 2.6	>0.9
Sul	1.0	-1.6, 3.7	0.4
Discordo Fortemente			
Naturalidade			
Centro-oeste	—	—	
Nordeste	-1.8	-4.3, 0.76	0.2
Norte	-14	-1,903, 1,874	>0.9
Sudeste	-1.4	-4.0, 1.2	0.3
Sul	0.34	-1.9, 2.6	0.8
Nao discordo nem concordo			
Naturalidade			
Centro-oeste	—	—	
Nordeste	0.40	-1.3, 2.2	0.7
Norte	0.85	-1.2, 2.9	0.4
Sudeste	0.00	-1.9, 1.9	>0.9
Sul	0.34	-1.9, 2.6	0.8

^l OR = Odds Ratio, CI = Confidence Interval

No vigésimo quinto modelo logístico multinomial a maioria das covariáveis (categorias) da variável Naturalidade influenciou positivamente o intercepto “discordo fortemente”. Enquanto as covariáveis da variável Faixa etária influenciaram positivamente os interceptos “concordo fortemente” e “discordo fortemente”. Isso indica maior pulverização nas respostas sobre se o Relato Integrado contribui para a convergência internacional de relatórios de gestão (pergunta 25).

Tabela 32 - Resultado da regressão 25

Characteristic	log(OR) ^l	95% CI ^l	p-value
Concordo Fortemente			
Faixa Etaria			
65 anos e acima	—	—	
De 25 a 34 anos	81	80, 82	<0.001
De 35 a 44 anos	80	79, 81	<0.001
De 45 a 54 anos	80	78, 81	<0.001
De 55 a 64 anos	81	80, 82	<0.001
Menos de 25 anos	165	165, 165	<0.001
Naturalidade			
Centro-oeste	—	—	
Sul	-99	-99, -99	<0.001
Discordo			
Faixa Etaria			
65 anos e acima	—	—	
De 55 a 64 anos	-11	-11, -11	<0.001
Menos de 25 anos	-4.3	-4.3, -4.3	<0.001
Discordo Fortemente			
Faixa Etaria			
65 anos e acima	—	—	

De 25 a 34 anos	17	15, 19	<0.001
De 35 a 44 anos	-2.4	-2.4, -2.4	<0.001
De 45 a 54 anos	16	15, 18	<0.001
De 55 a 64 anos	17	15, 19	<0.001
Menos de 25 anos	-4.8	-4.8, -4.8	<0.001
Naturalidade			
Centro-oeste	—	—	
Nordeste	61	59, 62	<0.001
Norte	61	59, 63	<0.001
Sudeste	-38	-38, -38	<0.001
Sul	61	59, 63	<0.001
^l OR = Odds Ratio, CI = Confidence Interval			

No vigésimo sétimo modelo logístico multinomial a maioria das covariáveis (categóricas) da variável Naturalidade influenciou positivamente os interceptos “concordo fortemente” e “não concordo nem discordo”. Esses resultados sugerem que a amostra tende a concordar ou não ter uma opinião formada sobre se o Relato Integrado contribui a qualidade da fiscalização e controle da gestão pública federal (pergunta 27).

Tabela 33 - Resultado da regressão 27

Characteristic	log(OR) ^l	95% CI ^l	p-value
Concordo Fortemente			
Faixa Etaria			
65 anos e acima	—	—	
De 25 a 34 anos	5.8	4.1, 7.5	<0.001
De 35 a 44 anos	6.3	5.4, 7.2	<0.001
De 45 a 54 anos	6.1	4.8, 7.4	<0.001
De 55 a 64 anos	7.3	6.4, 8.2	<0.001
Menos de 25 anos	-10	-10, -10	<0.001
Discordo			
Faixa Etaria			
65 anos e acima	—	—	
De 25 a 34 anos	8.4	7.3, 9.4	<0.001
De 35 a 44 anos	6.8	5.7, 8.0	<0.001
De 45 a 54 anos	8.6	7.8, 9.5	<0.001
Menos de 25 anos	-7.0	-7.0, -7.0	<0.001
Discordo Fortemente			
Faixa Etaria			
65 anos e acima	—	—	
De 25 a 34 anos	6.4	-532, 544	>0.9
De 35 a 44 anos	5.9	-532, 544	>0.9
De 45 a 54 anos	-13	-20, -5.3	<0.001
De 55 a 64 anos	5.9	-532, 544	>0.9
Menos de 25 anos	-5.9	-2,151, 2,139	>0.9
Não concordo nem concordo			
Faixa Etaria			
65 anos e acima	—	—	
De 25 a 34 anos	-27	-28, -25	<0.001
De 35 a 44 anos	-27	-28, -26	<0.001
De 45 a 54 anos	-27	-29, -26	<0.001
De 55 a 64 anos	-27	-28, -26	<0.001
Menos de 25 anos	-46	-46, -46	<0.001

¹ OR = Odds Ratio, CI = Confidence Interval

No vigésimo oitavo modelo logístico multinomial a maioria das covariáveis (categorias) da variável Ocupação influenciou positivamente os interceptos “concordo fortemente” e “não concordo nem discordo”. Esses resultados sugerem que a amostra tende a concordar ou não ter uma opinião formada sobre se o Relato Integrado para a fiscalização da legalidade, legitimidade, economicidade e aplicação dos recursos públicos (pergunta 28).

Tabela 34 - Resultado da regressão 28

Characteristic	log(OR) ¹	95% CI ¹	p-value
Concordo Fortemente			
Ocupacao			
Administrador	—	—	
Assistente em Administração	20	18, 22	<0.001
Auditor	-10	-10, -10	<0.001
Contador	19	18, 21	<0.001
Docente - Ciências Contábeis	19	18, 20	<0.001
Gestor	-14	-14, -14	<0.001
Outros	20	19, 21	<0.001
Técnico de Contabilidade	-3.7	-3.7, -3.7	<0.001
Discordo			
Ocupacao			
Administrador	—	—	
Auditor	17	16, 18	<0.001
Contador	16	15, 18	<0.001
Docente - Ciências Contábeis	17	16, 18	<0.001
Gestor	-11	-11, -11	<0.001
Outros	-6.9	-6.9, -6.9	<0.001
Discordo Fortemente			
Ocupacao			
Administrador	—	—	
Assistente de Contabilidade	-0.94	-0.94, -0.94	<0.001
Gestor	-7.5	-8.9, -6.1	<0.001
Técnico de Contabilidade	-0.94	-0.94, -0.94	<0.001
Não concordo nem concordo			
Ocupacao			
Administrador	—	—	
Assistente de Contabilidade	43	43, 43	<0.001
Assistente em Administração	-16	-16, -16	<0.001
Auditor	18	17, 19	<0.001
Contador	20	19, 21	<0.001
Docente - Ciências Contábeis	19	18, 20	<0.001
Gestor	-23	-23, -23	<0.001
Outros	20	19, 20	<0.001
Técnico de Contabilidade	43	43, 43	<0.001

¹ OR = Odds Ratio, CI = Confidence Interval

No vigésimo nono modelo logístico multinomial a maioria das covariáveis (categorias) da variável Faixa etária influenciou positivamente os interceptos “concordo fortemente” e “discordo fortemente”. Esses resultados sugerem que indivíduos da Região Sul tendem a

“concordar fortemente” mas que a análise da amostra em geral tende a discordar que o Relato Integrado contribui para o comprometimento com a gestão e governança públicas (pergunta 29).

Tabela 35 - **Resultado da regressão 29**

Characteristic	log(OR) ¹	95% CI ¹	p-value
Concordo Fortemente			
Faixa Etaria			
65 anos e acima	—	—	
De 25 a 34 anos	18	16, 19	<0.001
De 35 a 44 anos	17	16, 18	<0.001
De 45 a 54 anos	18	16, 19	<0.001
De 55 a 64 anos	18	17, 19	<0.001
Menos de 25 anos	39	39, 39	<0.001
Naturalidade			
Centro Oeste	—	—	
Sul	-27	-27, -27	<0.001
Discordo			
Faixa Etaria			
65 anos e acima	—	—	
Menos de 25 anos	-6.9	-6.9, -6.9	<0.001
Discordo Fortemente			
Faixa Etaria			
65 anos e acima	—	—	
De 25 a 34 anos	12	11, 14	<0.001
De 35 a 44 anos	-7.7	-7.7, -7.7	<0.001
De 45 a 54 anos	-16	-16, -16	<0.001
De 55 a 64 anos	12	10, 13	<0.001
Menos de 25 anos	-0.28	-0.28, -0.28	<0.001
Naturalidade			
Centro-oeste	—	—	
Nordeste	14	13, 16	<0.001
Norte	-7.7	-7.7, -7.7	<0.001
Sudeste	-9.6	-9.6, -9.6	<0.001
Sul	15	14, 17	<0.001
Nao discordo nem concordo			
Faixa Etaria			
65 anos e acima	—	—	
Menos de 25 anos	-6.9	-6.9, -6.9	<0.001

¹ OR = Odds Ratio, CI = Confidence Interval

5.6. Discussão dos Resultados

Considera-se nesse estudo a Decisão Normativa n.º 178/2019 a partir da ótica Institucional, sob a ótica coercitiva, a qual considera que o isomorfismo organizacional é conveniente para o estudo das organizações, que, ao assumirem os mesmos preceitos, levam à melhoria das operações externas e internas.

O estudo de Frías-Aceituno *et al.* (2013) faz recomendações quanto à adesão dos reportes integrados nas companhias e discute a necessidade de que os gestores consigam decidir sobre as melhores práticas de divulgação de relatórios para suas instituições, considerando a

jurisdição de seus países, e, ainda, alcançar ganho em suas deliberações, enquanto Steyn (2014) ressalta a legitimação da adesão ao Relato Integrado (RI).

Porém, os principais resultados do estudo mostram que, na perspectiva dos contadores e agentes públicos, não é possível afirmar que o RI é uma tentativa de atender às necessidades sociais ou uma tentativa de legitimar os processos organizacionais. Também não é possível atestar, na perspectiva dos contadores e agentes públicos, que o RI permite que o Estado aumente a responsabilização dos administradores públicos.

Thomson (2014) e Flower (2015) discutem se o RI é apenas um mecanismo para minimizar conflitos entre maximização de lucro e o movimento sustentável e discutem sobre o RI ser uma tentativa de atender às necessidades sociais e legitimar as atividades organizacionais sem influenciar de fato a geração de capital. Nesse sentido, o atual estudo mostra que indivíduos do Norte discordam e indivíduos do Sul concordam que o RI contribui para a eficiência, eficácia e efetividade da gestão contábil pública.

Brown e Dillard (2014) criticam como o RI foi sugerido com o objetivo de melhorar as práticas de negócios sustentáveis, sendo um modelo limitado e unilateral, que reforça práticas corporativas engessadas e não incentiva reflexões críticas sobre práticas de negócios mais sustentáveis. Nesse sentido, um achado do estudo sugere que contadores e agentes públicos tendem a concordar que o RI contribui a qualidade da fiscalização e controle da gestão pública federal e para a fiscalização da legalidade, legitimidade, economicidade e aplicação dos recursos públicos.

Apointa-se que o TCU, ao adotar o RI como modelo de relatório de gestão da administração pública federal, visava alcançar melhor eficiência do relatório de gestão e promover uma abordagem mais alinhada com as atividades da administração pública, em busca de satisfazer o interesse público. Além disso, o TCU é órgão fiscalizador e controlador da gestão pública federal, sendo uma das principais entidades fiscalizadoras das atividades contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade e aplicação dos recursos públicos (Decisão Normativa - TCU n.º 178, de 2019).

Adicionalmente, verificou-se que indivíduos da região Sul tendem a concordar que o RI contribui para o comprometimento com a gestão e governança públicas. Corroborar-se nesse sentido que a Decisão Normativa n.º 178/2019 e que a estratégia de adesão ao RI no regi-

mento brasileiro relaciona-se com a tentativa de utilizá-lo como instrumento de gestão pública moderno e eficaz para a emissão de pareceres sobre a fiscalização do uso dos recursos públicos.

Porém, indivíduos que possuem menor nível de escolaridade tendem a concordar que a administração pública federal possui capacidade de implantação de ferramentas de planejamento, execução e controle, enquanto indivíduos com escolaridade maior discordam da afirmação.

Esses resultados correlacionam-se com estudos de Adams (2015) e Thomson (2014) ao anunciarem que algumas mudanças seriam necessárias nos fundamentos do Relato Integrado (RI) para poder contribuir às mudanças no âmbito financeiro, ambiental, social, e de governança, com informações mais coesas, claras, confiáveis e comparáveis.

No âmbito da divulgação das informações contábeis os resultados foram desfavoráveis quanto à contribuição do RI para a melhoria da materialidade, confiabilidade, conectividade e coerência das informações contábeis. Contadores e agentes públicos tenderam a discordar que o RI na administração pública brasileira contribui para a materialidade, confiabilidade e conectividade das informações contábeis.

Mais especificamente, enquanto indivíduos da Região Norte tendem a discordar que o RI contribui para a coerência das informações contábeis, indivíduos da Região Sul tendem a concordar que o RI contribui para a comparabilidade das informações contábeis. Verificou-se também maior pulverização quanto a contribuição do RI para a convergência internacional de relatórios de gestão.

Freitas e Freire (2017) já anunciavam que os princípios da conectividade de informações, coerência e comparabilidade e confiabilidade e completude, precisavam ser melhor observados nas divulgações voluntárias.

Verificou-se que a amostra é bastante difusa em relação à crença de que o RI contribui para a manutenção do movimento de sustentabilidade financeira, resultado que contrasta com o estudo de Brown e Dillard (2014) que criticaram como o RI foi sugerido para melhorar as práticas de negócios sustentáveis, sendo um modelo limitado e unilateral, que reforça práticas corporativas engessadas e não incentiva reflexões críticas sobre práticas de negócios mais sustentáveis.

Neumann e Sanches (2020) destacaram a contribuição do RI para a comunicação com os *stakeholders*. Os contadores e agentes públicos discordaram no presente estudo que o RI contribui para atender as necessidades de informações dos *stakeholders* sobre a criação de valor social, ambiental e econômico.

Outro resultado verificado foi que, exceto pelos indivíduos da Região Sul, a amostra tende a discordar que o RI no setor público contribui para atender as necessidades de informações dos *stakeholders* sobre a criação de valor social, ambiental e econômico. Essa constatação difere do trabalho de Neumann e Sanches (2020), em que os resultados foram explanados à luz da Teoria da Legitimidade e destacaram a contribuição do RI para o entendimento da entidade com seus *stakeholders*.

A variável ocupação também teve forte influência sobre a percepção dos indivíduos quanto à contribuição do Relato Integrado (RI) na mensuração das ações do Estado na sociedade e no ambiente externo. De outra forma, os resultados foram claros quanto à discordância de que o RI na administração pública brasileira contribui para o comprometimento com a gestão e governança públicas e discordância de que contribui para a transparência da prestação de contas públicas.

Aponta-se na Decisão Normativa - TCU n.º 178/2019 que a prestação de contas deveria apresentar uma concepção integrada da unidade, para ser possível atestar a legalidade, legitimidade, economicidade, eficiência, transparência e exatidão de seus demonstrativos contábeis, conforme o que dispõe a Lei n.º 8.443/1992.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse estudo, a partir do perfil dos respondentes, buscou-se entender a influência de características como faixa etária, naturalidade, escolaridade, ocupação e tempo de ocupação sobre a percepção desses indivíduos quanto a instituição da Decisão Normativa (DN) do TCU n.º 178/2019 e da adesão ao Relato Integrado (RI) como guia de elaboração dos relatórios de gestão. Buscou-se entender a percepção e a influência de características individuais quanto a contribuição do RI para melhorias nas funções de gestão e transparência contábil, controle e fiscalização da aplicação dos recursos públicos federais e como essa mudança contribuirá para a geração de valor, para institucionalização do pensamento integrado, e para a legitimação das funções do Tribunal de Contas da União.

Também buscou-se recorrer à Teoria Institucional para avaliar a institucionalização do RI pelo Tribunal de Contas da União, a partir da DN TCU n.º 178/2019, como modelo de relatório de gestão das contas públicas.

O Tribunal de Contas da União, promoveu uma reforma em como as entidades sob sua égide deveriam prestar contas do uso dos recursos públicos, com foco na recuperação e manutenção da legitimidade desse importante órgão de controle de contas públicas.

Considera-se que o objetivo do estudo foi alcançado ao identificar-se a influência de fatores sobre a percepção dos agentes públicos quanto à adesão do RI. Verificou-se que o perfil dos agentes públicos em relação à faixa etária, naturalidade, escolaridade, ocupação e tempo de ocupação determina a percepção desses indivíduos sobre a adesão do RI como modelo de relatório de gestão da administração pública federal, respondendo assim, à questão de pesquisa.

Os principais resultados demonstraram que não é possível atestar que o RI na Administração Pública Federal é uma tentativa de atender às necessidades sociais ou uma tentativa de legitimar os processos organizacionais do Tribunal de Contas da União. Também não é possível atestar, na perspectiva dos contadores e agentes públicos, que o RI permite que o Estado aumente a responsabilização dos administradores públicos. Esses resultados conversam com os estudos de Thomson (2014) e Flower (2015) que discutem se o RI é apenas um mecanismo para minimizar conflitos entre maximização de lucro e o movimento sustentável e ser uma tentativa de atender às necessidades sociais e legitimar as atividades organizacionais sem influenciar de fato a geração de capital.

Outro achado importante é que contadores e agentes públicos consideram que o Relatório Integrado (RI) contribui com a qualidade da fiscalização e controle da gestão pública federal e para a fiscalização da legalidade, legitimidade, economicidade e aplicação dos recursos públicos. O que, do ponto de vista Institucional para a adesão do RI como modelo de relatório de gestão da administração pública federal, mostra que a decisão do TCU tem potência de promover uma abordagem mais alinhada com as atividades da administração pública, em busca de satisfazer o interesse público, reafirmando sua função estatal de fiscalização e controle da gestão pública federal.

As contribuições desse estudo estão além da análise da percepção dos contadores e agentes públicos sobre a adesão do RI na administração pública e análise da adesão do RI pelo TCU sob a ótica da Teoria Institucional, mas também há contribuições para servir de base experimental para a evolução das pesquisas sobre RI no setor público, ainda pouco abordada no meio acadêmico.

Sobre as limitações desse estudo, as descobertas podem não ser generalizáveis para além do setor público, visto as características do público analisado. Além disso, o método utilizado para a coleta de dados também pode ser uma limitação, por erros de amostragem e alto índice de não resposta. No entanto, são problemas conhecidos por outros estudos e considera-se que foram obtidos todos os dados necessários para a concretização satisfatória da pesquisa.

Considera-se que muitas perguntas ainda precisam ser respondidas sobre o RI na administração pública brasileira, dessa forma, como sugestão de pesquisa futura, indica-se estudar se a percepção dos contadores e agentes públicos é uma influência no âmbito do desenvolvimento e da direção do RI no setor público brasileiro, além disso, sugere-se o estudo da homogeneização do RI pelos Tribunais de Contas como modelo de relatório de gestão no âmbito da administração pública municipal e estadual.

REFERÊNCIAS

- Acórdão n.º 588, de 2018. TCU - Plenário. Relatório de Levantamento. Recuperado de <https://www.dpu.def.br/images/stories/Infoleg/2018/04/11/tcu2.pdf>
- Adams. C, A. (2015), *The International Integrated Reporting Council: A call to action*, Critical Perspectives on Accounting, Volume 27, March 2015, Pages 23-28, 2014, Recuperado em 01/06/2020 de https://econpapers.repec.org/article/eeecrpeac/v_3a27_3ay_3a2015_3ai_3ac_3ap_3a23-28.htm
- Alves, N. J. F.; Kassai, J. R.; Lucas. E. C.; Ferreira, H. M. G. (2017). Relato Integrado e o Formato da Informação Financeira para evidenciar a criação de valor das empresas do programa piloto. *Revista Evidenciação Contábil & Finanças*. v.05. n.03. p.99-122. Recuperado em 01/06/2020 de <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6092476>
- Armstrong, M., & Brown, D. (1998). Relating competencies to pay: The UK experience. *Compensation & Benefits Review*, 30(3), 28-39. Recuperado em 12/08/2022 de <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/088636879803000306>
- Bresser-Pereira, L. C. (2009). Os primeiros passos da reforma gerencial do Estado de 1995. *Revista Eletrônica sobre a Reforma do Estado*. 16. 1-36. Recuperado em 01/06/2020 de <http://bresserpereira.org.br/papers/2008/08.13.Primeiros.Passos.Reforma.Gerencial.pdf>
- Brown, J., & Dillard, J. (2014). Integrated reporting: On the need for broadening out and opening up. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*. Recuperado em 25/06/2022 de <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/AAAJ-04-2013-1313>
- Carvalho, L. N., Kassai, J. R. (2014). Relato Integrado: A Nova Revolução Contábil. *Revista FIECAFI*. Vol. 1. Agosto.21-34. 2014. Recuperado em 03/06/2020 de <https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=548545>
- Day, David V. Leadership, in Steve W. J. Kozlowski (ed.), *The Oxford Handbook of Organizational Psychology*, Volume 1, Oxford Library of Psychology (2012; online edn, Oxford Academic, 18 Sept. 2012). Recuperado em 12/08/2022 de <https://doi.org/10.1093/oxfordhb/9780199928309.013.0022>
- de Souza, F. M., & Panhoca, L. (2021). O discurso de sustentabilidade e a pesquisa acadêmica sobre Relato Integrado (IR) no setor público. *Advances in Scientific and Applied Ac-*

- counting, 166-184. Recuperado em 07/08/2022, de <https://doi.org/10.14392/asaa.2020130309>
- Decisão Normativa n.º 187, de 2020. Tribunal de Contas da União. Recuperado em 03/06/2020 de <https://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A81881E747486F3017479820A880E3C>
- Decisão Normativa n.º 161, de 1º de novembro de 2017. Tribunal de Contas da União. Recuperada em 24/06/2022 de https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/19403127/
- Decisão Normativa n.º 163, de 6 de dezembro de 2017. Tribunal de Contas da União. Recuperado em 03/06/2020 de <https://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A8182A260233890016054F543D3515A>
- Decisão Normativa n.º 178, de 23 de Outubro de 2019. Tribunal de Contas da União. Recuperado de <https://repositorio.cgu.gov.br/handle/1/42772>
- Decreto n.º 9.203, de 22 de novembro de 2017. Dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Recuperado em 01/06/2020 de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/D9203.htm
- Del'omo, R. (2017). Relato integrado e acurácia das previsões dos analistas de mercado: Uma análise sob a perspectiva da teoria da sinalização. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Economia. Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto. Universidade de São Paulo. Ribeirão Preto. 2017. Recuperado em 04/06/2020 de <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/96/96133/tde-20092017-151950/en.php>
- DiMaggio, P. J., & Powell, W. W. (1983). The Iron Cage Revisited: Institutional Isomorphism and Collective Rationality in Organizational Fields. *American Sociological Review*, 48(2), 147–160. <https://doi.org/10.2307/2095101>
- Favato, K. J., Neumann, M., & Sanches, S. L. R. (2020). O Percurso Do Contrato De Legitimação Para O Desenvolvimento Sustentável: Análise Dos Temas Arelados No Relato Integrado Do BNDES. *Contabilidade Vista & Revista*, 31(3), 52-73. Recuperado de <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/contabilidadevistaerevista/article/view/5318>

- Fonseca, V. S. (2003). A abordagem institucional nos estudos organizacionais: bases conceituais e desenvolvimentos contemporâneos. Livro Organizações, instituições e poder no Brasil (pp.p. 47-66). Chapter: 2. Publisher: Editora da FGV. Editors: Marcelo Milano Falcão Vieira; Cristina Amélia Carvalho. Recuperado em 01/02/2021 de <https://www.furb.br/web/upl/arquivos/>
- Freitas, B. F. G. D., & Freire, F. D. S. (2017). Relato Integrado: Um estudo da aderência da estrutura conceitual proposta pelo IIRC no Relatório Socioambiental do Conselho Federal de Contabilidade. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, 12(1). Recuperado em 25/06/2022 de <https://revistas.ufrj.br/index.php/scg/article/download/13399/9221>
- Frías-Aceituno, J., Rodríguez-ariza, L., & García-Sánchez, I. (2013). Is integrated reporting determined by a country's legal system? An exploratory study. *Journal of cleaner production*, 44, 45-55. 2013. Recuperado em 04/06/2020 de <https://pascal-francis.inist.fr/vibad/index.php?action=getRecordDetail&idt=27200494>
- Garcia, A. S., Ciasca, D. N., Marçal, A. S. V. (2019). Como o Relato Integrado vem sendo disseminado no contexto das Organizações Privadas e Públicas? XIX USP Internacional Conference in Accounting. São Paulo. 24 a 26 de julho de 2019. Recuperado em 04/06/2020 de https://congressousp.fipecafi.org/anais/Anais2019_NEW/ArtigosDownload/1742.pdf
- Gaspar, T., & Balancho, L. (2017). Fatores pessoais e sociais que influenciam o bem-estar subjetivo: diferenças ligadas estatuto socioeconômico. *Ciência & Saúde Coletiva*, 22, 1373-1380. Recuperado em 12/08/2022 de <https://doi.org/10.1590/1413-81232017224.07652015>
- Groves, R. M., Fowler Jr. F. J., Couper. M. P., Lepkowski. J. M., Singer. E., & Tourangeau, R. (2011). *Survey methodology* (Vol. 561). John Wiley & Sons.
- Guzatti, N. C., Evidenciação da criação de valor no setor agrícola: o caso do Mato Grosso sob o enfoque do *Framework* do relato integrado / Nataliê Cristy Guzatti.- 2020. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Contabilidade. do Setor de Ciências Sociais Aplicadas 148 p. Recuperado em 04/06/2020 de <https://www.acervodigital.ufpr.br/handle/1884/69601>

- Heissler, D. Z., & dos Santos Martins, M. A. (2018). Adequação Dos Princípios Contábeis Brasileiros Aos Padrões Internacionais. *ConTexto*. 18(40). Recuperado em 04/06/2020 de <https://www.seer.ufrgs.br/ConTexto/article/view/94366>
- Hopwood. A., Unerman, J. & Fries, J. (2010). *Accounting for sustainability: Practical insights*. Routledge. 288 Pages.
- Instrução Normativa n.º 63. (2010). Tribunal de Contas da União. Recuperado em 25/06/2022 de <https://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A8182A24E50B945014E657CEAE9028E>
- Instrução Normativa n.º 84. (2020). Tribunal de Contas da União. Recuperado em 04/06/2020 de <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/instrucao-normativa-n-84-de-22-de-abril-de-2020-254756795>
- International Integrated Reporting Council*. (2013). IIRC. The International<IR> Framework. 2013. Recuperado em 04/06/2020 de <https://integratedreporting.org/>
- International Integrated Reporting Council*. (2017). IIRC. International Framework Implementation Feedback. Summary Report. Recuperado em 04/06/2020 de <https://integratedreporting.org/>
- Lei n.º 13.303, de 30 de junho de 2016. Dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Recuperado em 01/06/2020 de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/113303.htm
- Lei n.º 8.443. (1992). Dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União e dá outras providências. Recuperado em 25/06/2022 de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18443.htm
- Montecalvo, M., Farneti, F. & de Villiers, C. (2018). The potential of integrated reporting to enhance sustainability reporting in the public sector. *Public Money & Management*. 38:5. 365-374. 2018. Recuperado em 04/06/2020 de <https://ideas.repec.org/a/taf/pubmmg/v38y2018i5p365-374.html>
- Nagarkoti, B. (2014). Factors influencing consumer behavior of Smartphone users. Recuperado em 12/08/2022 de <https://www.theseus.fi/handle/10024/70466>

- Perry, E. L., Kulik, C. T., & Bourhis, A. C. (1996). Moderating effects of personal and contextual factors in age discrimination. *Journal of Applied Psychology*, 81(6), 628. Recuperado em 12/08/2022 de <https://psycnet.apa.org/record/1996-06918-002>
- Relatório de gestão - Guia para elaboração na forma de relato integrado: Evolução da prestação de contas. (2019). Tribunal de Contas da União. – 2. ed. – Brasília. Secretaria de Métodos e Suporte ao Controle Externo (Semec). Recuperado em 04/06/2020 de <https://portal.tcu.gov.br/biblioteca-digital/>
- Sanches, S. L. R., Favato, K. J., Slewinski, E., & Neumann, M. (2020). Sensemaking dos atores de uma instituição financeira na adoção e elaboração do Relato Integrado. *Revista Brasileira de Gestão de Negócios*. 22(3). 628-646. Recuperado em 04/06/2020 de <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7510898>
- Santos, A. C., Neumann, M., Camacho, R. R. (2018). Reflexões Epistemológicas de Estudos Empíricos sobre Relato Integrado. XVIII USP International Conference in Accounting. São Paulo. 25 a 27 de julho de 2018. Recuperado em 04/06/2020 de www.congressosp.fipecafi.org
- Sion, A. O., & França, L. G. (2021). ESG: novas tendências do direito ambiental / coordenação Alexandre Oheb Sion, Lucyléa Gonçalves França. 1. Ed. – Rio de Janeiro: Synergia, 2021. 432 p. ; 14cm x 21cm.
- Slewinski, E. (2016). Compreensão do processo de adoção e elaboração do relato integrado sob a perspectiva sense making de Karl Weick. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Universidade Estadual de Maringá. Maringá. 2016. Recuperado em 04/06/2020 de <http://repositorio.uem.br:8080/jspui/handle/1/3390>
- Slewinski, E., Camacho, R. R., Sanches, S. L. R.. (2015). Análise Bibliométrica e Paradigmática da Produção Científica sobre Relato Integrado nos Periódicos Internacionais de Contabilidade. XV Congresso USP de Controladoria e Contabilidade. São Paulo. 29 a 31 de julho de 2015. Recuperado em 04/06/2020 de <https://congressosp.fipecafi.org/anais/artigos152015/298.pdf>
- Souza, F. M. (2020). A paralaxe do Relato Integrado (IR): descortinando o discurso de sustentabilidade / Franciele Machado de Souza. - 2020. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Contabilidade do Setor de Ciências

Sociais Aplicadas. 94 p. Recuperado em 01/02/2021 de
<https://www.acervodigital.ufpr.br/handle/1884/70061>

Souza, F. M. de, & Panhoca, L. (2020). O Discurso De Sustentabilidade E A Pesquisa Acadêmica Sobre Relato Integrado (IR) No Setor Público. *Advances in Scientific and Applied Accounting*, 1(1), 166–184. Recuperado em 23/07/2022 de
<https://doi.org/10.14392/asaa.2020130309>

Steyn, M. (2014). "Organisational benefits and implementation challenges of mandatory integrated reporting: Perspectives of senior executives at South African listed companies". *Sustainability Accounting, Management and Policy Journal*. Vol. 5 No. 4. pp. 476-503. 2014. doi: [10.1108/SAMPJ-11-2013-0052](https://doi.org/10.1108/SAMPJ-11-2013-0052)

Stogdill, R. M. (1948). Personal factors associated with leadership: A survey of the literature. *The Journal of psychology*, 25(1), 35-71. Recuperado em 12/08/2022 de
<https://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/00223980.1948.9917362>

Tavares, L. M., Henrique, V. D., Manoel, J. R., Santos, F. de A., & Fernandes dos Santos, N. M. B. (2018). Governança Corporativa na estrutura conceitual do Relato Integrado: Divulgações das Instituições Bancárias Brasileiras. *REVISTA ENIAC PESQUISA*. 7(2). 246–265. <https://doi.org/10.22567/rep.v7i2.486>

Thomson, I. (2014). 'But does sustainability need capitalism or an integrated report' a commentary on 'The *International Integrated Reporting Council: A story of failure*' by Flower. J. *Critical Perspectives on Accounting*. Volume 27. March 201. Pages 18-22. 2014. Recuperado em 01/02/2021 de
<https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/SAMPJ-11-2013-0052>

Tunico, F. R. L. (2017). Divulgação dos capitais não financeiros do relato integrado pelas empresas brasileiras de capital aberto: Uma análise à luz da teoria institucional. 80 folhas: il. 30 cm. 2017. Recuperado em 01/02/2021 de
<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/25176>

Villiers, C. de R. L., & Unerman. J. (2014). Integrated reporting: Insights, gaps, and an agenda for future research. *Accounting Auditing and Accountability Journal*. 27(7). 1042–1067. 2014. Recuperado em 01/02/2021 de
<https://ideas.repec.org/a/eme/aaajpp/v27y2014i7p1042-1067.html>

- Willeman, M. M. (2016). O desenho Institucional dos Tribunais de Contas e sua vocação para a tutela da accountability democrática: perspectivas em prol do direito à boa administração pública no Brasil. Tese (Doutorado). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. 360 p. Recuperado em 24/06/2022 de https://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/1221597_2016_completo.pdf
- Zaro, E. S. (2015). Análise comparativa de relatos integrados das empresas brasileiras a luz da estrutura conceitual. 170 f. Dissertação (Mestrado em Contabilidade) - Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. 2015. Recuperado em 01/02/2021 de <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/134964>
- Zaro, E. S. (2021). Relato Integrado e a divulgação corporativa para a sustentabilidade. *Revista Mineira de Contabilidade*, 22(1), 4-11. Recuperado em 07/08/2022. DOI: <https://doi.org/10.51320/rmc.v22i1.1329>

APÊNDICE A – FORMULÁRIO DE PESQUISA

Parte I

Perfil dos Respondentes

- Gênero
- Faixa Etária
- Região
- Naturalidade
- Escolaridade
- Ocupação
- Tempo de Ocupação
- Estou satisfeito com a minha remuneração

Parte II

O Relato Integrado na Administração Pública

- **A adesão do Relato Integrado como modelo de Relatório de Gestão na Administração Pública Federal:**
 - É uma tentativa de atender às necessidades sociais
 - É uma tentativa de legitimar os processos organizacionais
 - Permite que o Estado aumente sua legitimidade, funções de gestão e transparência contábil, controle e fiscalização da aplicação dos recursos públicos federais
 - Permite que o Estado aumente a responsabilização dos administradores públicos
 - Permite que o Estado alcance melhorias na qualidade do serviço público prestado
 - É limitado, unilateral e reforça as práticas administrativas tradicionais
 - Necessita de métodos inovadores que colaborem para as transformações de cunho sustentável
- **A administração pública federal possui atualmente:**
 - Administradores e gestores públicos capazes de decidir sobre as melhores práticas de divulgação de relatórios para suas instituições
 - Serviços públicos orientados ao cidadão
 - Capacidade de implementação de ferramentas de planejamento, execução e controle
 - Capacidade de liderança, estratégia ou accountability, e de gestão de operações
- **Na Administração Pública Federal, o Relato Integrado contribui:**
 - Para a eficiência, eficácia e efetividade da gestão contábil pública

- Para que os serviços públicos sejam orientados ao cidadão
- Para a manutenção do discurso de sustentabilidade financeira
- Para a economia global sustentável, com informações mais compreensivas e transparentes para os seus usuários
- Para medir os impactos das ações do Estado na sociedade e no ambiente externo
- Para a transparência da prestação de contas públicas
- Para atender as necessidades de informações dos *stakeholders* sobre a criação de valor social, ambiental e econômico
- **No contexto da divulgação das informações contábeis, o Relato Integrado contribui para:**
 - Materialidade das informações contábeis
 - Confiabilidade das informações contábeis
 - Completude das informações contábeis
 - Conectividade das informações contábeis
 - Coerência das informações contábeis
 - Comparabilidade das informações contábeis
- **A decisão do TCU (Tribunal de Contas da União) de estabelecer o Relato Integrado como modelo de Relatório de Gestão da Administração Pública Federal:**
 - Contribui para a convergência internacional de relatórios de gestão
 - Contribui para a implementação das IPSAS (Normas Internacionais de Contabilidade do Setor Público, do inglês International Public Sector Accounting Standards) no Brasil
 - Contribui para a qualidade da fiscalização e controle da gestão pública federal
 - Contribui para a fiscalização da legalidade, legitimidade, economicidade e aplicação dos recursos públicos
 - Contribui para o comprometimento com a gestão e governança públicas
 - Contribui para que o modelo seja instituído também na administração pública estadual e municipal em um horizonte próximo

ANEXO I - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Relato Integrado no Setor Público Brasileiro

Responsável: Sara Cardoso de Castro

Orientador: Prof.º Dr.º Abimael de Jesus Barros Costa

Número do CAAE: 50530221.9.0000.5540

Você está sendo convidado a participar voluntariamente de uma pesquisa, Este documento, chamado Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, visa assegurar seus direitos como participante da pesquisa.

Este TCLE se refere ao projeto de pesquisa Relato Integrado no Setor Público Brasileiro, a fim de examinar a adesão do Relato Integrado como modelo de relatório de gestão das contas públicas, no âmbito da administração pública federal, quanto à demonstração do conjunto de informações contábeis. Para ter uma cópia deste TCLE você deverá imprimi-lo, ou deverá gerar uma cópia em pdf para guardá-lo em seu computador. Você também poderá solicitar aos pesquisadores do estudo uma versão deste documento a qualquer momento por um dos e-mails registrados no final deste termo.

A pesquisa será realizada através um questionário online, constituído por trinta e oito perguntas. Estima-se que você precisará de aproximadamente dez minutos. A precisão de suas respostas é determinante para a qualidade da pesquisa. O questionário estará disponível para ser respondido entre os dias __/__/__ e __/__/__ de 2021.

Os pesquisadores garantem e se comprometem com o sigilo e a confidencialidade de todas as informações fornecidas por você para este estudo. Da mesma forma, o tratamento dos dados coletados seguirá as determinações da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD – Lei 13.709/18).

Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP). Caso persistam dúvidas sobre o estudo, ou em caso de denúncias e/ou sugestões o Comitê de Ética está disponível para atender você.

Por favor, leia com atenção e calma, aproveitando para esclarecer suas dúvidas. Se houver perguntas antes ou mesmo depois de assiná-lo, você poderá esclarecê-las com a pesquisadora.

CONTATO

Em caso de dúvidas sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato com os pesquisadores.

Sara Cardoso de Castro

Mestranda do Programa de Pós-graduação em Ciências Contábeis da Universidade de Brasília

(92) 98261-2103

scdecastro@outlook.com

Abimael de Jesus Barros Costa

Professor do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais e do Programa de Pós-graduação em Ciências Contábeis da Universidade de Brasília

(61) 3107-0809

acosta@unb.br

Em caso de denúncias ou reclamações sobre sua participação e sobre questões éticas do estudo, você poderá entrar em contato com a secretaria do O Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais (CEP/CHS) da Universidade de Brasília de segunda a sexta-feira das 13:30hs às 19:00hs no Campus Darcy Ribeiro, Faculdade de Direito, Brasília, DF; telefone 61 3107-1592, e-mail: cep_chs@unb.br,

O COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA (CEP)

O papel do CEP é avaliar e acompanhar os aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos. A Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) tem por objetivo desenvolver a regulamentação sobre proteção dos seres humanos envolvidos nas pesquisas. Desempenha um papel coordenador da rede de Comitês de Ética em Pesquisa (CEPs) das instituições, além de assumir a função de órgão consultor na área de ética em pesquisas.

CONSENTIMENTO DE PARTICIPAÇÃO

Eu, concordo em participar voluntariamente do presente estudo como participante. O pesquisador me informou sobre tudo o que vai acontecer na pesquisa, o que terei que fazer, inclusive sobre os possíveis riscos e benefícios envolvidos na minha participação. O pesquisador me garantiu que eu poderei sair da pesquisa a qualquer momento, sem dar nenhuma explicação, e que a decisão não me trará nenhum tipo de prejuízo.

Fui informado também que devo imprimir ou gerar um pdf do TCLE para ter a minha cópia do TCLE e que posso solicitar uma versão dele via e-mail para os pesquisadores.

RESPONSABILIDADE DO PESQUISADOR

Asseguro ter cumprido as exigências da resolução 466/2012 CNS/MS e complementares na elaboração do protocolo e na obtenção deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, Asseguro, também, ter explicado e fornecido uma via deste documento ao participante da pesquisa. Informo que o estudo foi aprovado pelo CEP perante o qual o projeto foi apresentado e pela CONEP, quando pertinente. Comprometo-me a utilizar o material e os dados obtidos nesta pesquisa exclusivamente para as finalidades previstas neste documento ou conforme o consentimento dado pelo participante da pesquisa.

_____ Data: ____/____/____,

(Assinatura da pesquisadora)